

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007

Ano Base 2005



Caderno 26

Secretarias Especiais



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2004-2007

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

Secretarias Especiais
Caderno 26

Exercício 2006
Ano Base 2005

MP - CODIN - DIDA
Biblioteca

Brasília, setembro de 2006

BD / MP / SPI
338.26 "2004/2007" (047)

h. 823A

V. 26

h. 2. Produção 2006

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2006, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano Plurianual 2004-2007 : relatório anual de avaliação : ano base 2005 : exercício 2006 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos -- Brasília: MP, 2006.

162p. : il - (Secretarias Especiais. Caderno: 26)

1. Planejamento governamental - relatório. 2. Orçamento público.
3. Administração pública. I. Título

CDU: 338.26 (047)

Ac. 18047
ex. 10066561



Lista de Cadernos Publicados

Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Turismo, Ministério dos Transportes, Presidência da República, Secretarias Especiais, Poder Judiciário, TCU e Ministério Público da União

ÍNDICE



Lista de Cadernos Publicados

01	Avaliação do Plano Plurianual	23
02	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26
03	Ministério da Ciência e Tecnologia	29
04	Ministério da Cultura	31
05	Ministério da Defesa	35
06	Ministério da Educação	37
07	Ministério da Fazenda	41
08	Ministério da Integração Nacional	42
09	Ministério da Justiça	44
10	Ministério da Previdência Social	47
11	Ministério da Saúde	61
12	Ministério das Cidades	66
13	Ministério das Comunicações	71
14	Ministério das Relações Exteriores	75
15	Ministério de Minas e Energia	77
16	Ministério do Desenvolvimento Agrário	81
17	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	83
18	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	88
19	Ministério do Esporte	93
20	Ministério do Meio Ambiente	95
21	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	99
22	Ministério do Trabalho e Emprego	101
23	Ministério do Turismo	104
24	Ministério dos Transportes	107
25	Presidência da República	
26	Secretarias Especiais	
27	Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e Ministério Público da União	

APRESENTAÇÃO

ÍNDICE

Apresentação	11
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.....	13
Sumário Executivo	15
Avaliação de Programas.....	17
• Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura.....	19
• Desenvolvimento Sustentável da Pesca.....	23
• Gestão da Política Pesqueira.....	26
Secretaria Especial de Direitos Humanos.....	29
Sumário Executivo	31
Avaliação de Programas.....	35
• Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.....	37
• Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei	43
• Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.....	47
• Direitos Humanos, Direitos de Todos	51
• Gestão da Política de Direitos Humanos	55
• Nacional de Acessibilidade	57
• Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	61
• Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	66
• Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional.	71
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da	
Igualdade Racial	75
Sumário Executivo	77
Avaliação de Programas.....	81
• Brasil Quilombola.....	83
• Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial	89
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.....	93
Sumário Executivo	95
Avaliação de Programas.....	99
• Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	101
• Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho	104
• Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres.....	107
Anexo I - Execução Física e Financeira	
Anexo II - Ações em Programas Multissetoriais	

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira os resultados da avaliação do Plano Plurianual (PPA).

A Avaliação Anual do PPA constitui-se em importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da formulação e gestão dos programas que integram o Plano e os orçamentos anuais.

A prática da avaliação fortalece o planejamento e a aprendizagem nas organizações governamentais, mediante a geração de informações qualificadas sobre as metas alcançadas e as restrições enfrentadas na implementação dos programas, fornecendo, ainda, recomendações para auxiliar a tomada de decisão. Nesse sentido, a avaliação dos programas contribui diretamente para a melhoria da qualidade do gasto público, e, principalmente, para o atendimento das demandas da sociedade.

O Relatório Anual de Avaliação é produto do trabalho realizado em conjunto pelos atores diretamente envolvidos no processo: as gerências dos programas, as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), as Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs), as Secretarias Executivas dos órgãos setoriais e as equipes técnicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Secretaria de Gestão – SEGES, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI e Secretaria de Orçamento Federal – SOF).

O processo de avaliação foi implementado de forma sistematizada, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), em três etapas, a saber:

- A primeira, avaliação do programa, conduzida pelo gerente de programa e sua equipe, tem a finalidade de avaliar o desempenho de cada programa, mediante a análise da concepção, da implementação e dos resultados alcançados.
- A segunda, avaliação setorial, de responsabilidade da Secretaria-Executiva de cada Ministério, objetiva avaliar a gestão e a contribuição do conjunto dos resultados dos programas para os objetivos setoriais estabelecidos.
- A terceira, avaliação do Plano, realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contempla: i) a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas na elaboração do Plano, mediante a comparação entre os valores previstos e realizados e ii) a avaliação da gestão do plano plurianual, que consiste na análise dos fatores que auxiliaram ou dificultaram a implementação e o alcance dos objetivos do conjunto de programas.

Os resultados da Avaliação Anual do PPA, referente ao exercício de 2005, subsidiaram a elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária Anual para 2007 e de Revisão do PPA

2004/2007, ambos encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2006, contribuindo para a melhoria da qualidade da programação.

Todas as informações produzidas pela Avaliação Anual do PPA 2004-2007 serão divulgadas pela internet, contribuindo, assim, para conferir transparência às políticas implementadas e prestar contas à sociedade sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos federais. A divulgação das avaliações dos programas também é realizada por meio da publicação de cadernos específicos por órgão responsável, de forma a facilitar a compreensão e subsidiar o controle e a participação da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem obtido avanços na implantação de uma cultura de avaliação, requisito fundamental para que a gestão pública seja, de fato, orientada para resultados. Alguns desafios, contudo, precisam ser superados: i) o aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento para geração de informações tempestivas e confiáveis sobre a execução física e a evolução de indicadores dos programas; ii) a instituição de mecanismos de incentivo aos gerentes de programas e coordenadores de ação; e iii) a capacitação em avaliação de equipes técnicas em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (SMA) é uma das respostas a esses desafios. O efetivo funcionamento desse Sistema, representado pela instalação da Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA e pela constituição das Unidades de Monitoramento e Avaliação nos órgãos da Administração Pública Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.233/04, tem contribuído para uma maior integração dos processos de monitoramento e avaliação às demais etapas do ciclo de gestão, especialmente no que se refere à alocação de recursos no orçamento e aos processos de tomada de decisão.

A estratégia de consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual nos próximos anos tem como foco o fortalecimento, nos ministérios e secretarias especiais, das Unidades de Monitoramento e Avaliação, mediante a formação de equipes qualificadas, o desenvolvimento de metodologias de avaliação e o apoio à implantação de sistemas de monitoramento, entre outros esforços, de forma a consolidar as práticas de excelência em monitoramento e avaliação na Administração Pública Federal.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), foram utilizados R\$ 97 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 121.375.023,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 97.079.204,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$121.375.023,00	Total realizado:	R\$ 97.079.204,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 16,3 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 13,5 milhões

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Subvenção de 85,5 milhões de litros de óleo diesel, superando em 163% a meta inicialmente prevista para o exercício. Foram contempladas com essa ação 2.293 embarcações, beneficiando armadores e indústrias de pesca em 10 Estados.
- Consolidação da política de uso das águas de domínio da União para a produção de pescados.
- Concessão de crédito ao setor pesqueiro e aquícola. O programa "Profrota Pesqueira" deferiu 10 projetos no valor total de R\$34 milhões durante o ano de 2005.
- Incremento de mais de 58 milhões de alevinos na produção nacional, disponibilizando matéria-prima para o aumento da produção nacional de pescados.
- Mapeamento estrutural da pesca no litoral Sudeste e Sul, do cadastramento da frota pesqueira no litoral Norte e Nordeste e do monitoramento da atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro.
- Descredenciamento de falsos pescadores do programa seguro-desemprego (seguro-defeso).
- Levantamento sobre a viabilização da cadeia produtiva da lagosta viva.
- Mapeamento da população e avaliação do estoque de sardinha-laje na região nordeste do Brasil.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

ASPECTOS RELEVANTES

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEAP para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: contingenciamento de recursos, impactando negativamente na execução orçamentária da Unidade e, conseqüentemente, no alcance dos objetivos e metas previstos; recursos humanos insuficientes (quantitativa e qualitativamente); inadimplência dos entes, prejudicando a celebração de convênios; dificuldades em processos licitatórios e celebração de contratos, por ausência de interessados, prejudicando a execução de ações estratégicas do órgão; conflitos com setores ambientais e lentidão no processo de licenciamento ambiental, mostraram-se o maior entrave para o incremento da produção nacional de pescados cultivados.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar os instrumentos de coordenação e de gerenciamento do conjunto de programas do PPA.
- Melhorar a estrutura organizacional, o arranjo do setor e a coordenação setorial.
- Aprimorar o relacionamento com os beneficiários e com a sociedade.
- Melhorar a gestão das informações utilizadas pela coordenação para o gerenciamento setorial.
- Aperfeiçoar os processos administrativos do órgão setorial (gestão de pessoas, gestão orçamentária e financeira e gestão de suprimentos).
- Elaborar indicadores de processos finalísticos e de apoio a gestão do órgão.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA



Avaliação dos Programas

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA

OBJETIVO

Desenvolver a maricultura e a aquicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

PÚBLICO-ALVO

Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 33.536.572,00

Empenho Liquidado: R\$ 26.695.512,00

Pago estatais: -

Total: R\$ 26.695.512,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA AQUICULTURA

Unidade de medida: Tonelada (t)/ ano

Último índice apurado: 269.697,5 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A aquicultura é uma atividade cuja resposta ao estímulo de produção se dá no curto prazo (ciclos de produção podem ocorrer em apenas 6 meses), sendo que os investimentos em parques aquícolas e na produção de formas jovens devem apresentar resultados mais concretos no período 2006-2007, podendo alcançar de 280 a 300 mil toneladas.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB AQUÍCOLA

Unidade de medida: R\$ milhões

Último índice apurado: 1.281,12 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 3.296,51

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alguns fatores, como desvalorização cambial, ação antidumping movida por criadores de norte-americanos, enfermidades que atingiram os cultivos de camarão

(principal produto de exportação da aquicultura brasileira) e conseqüente queda de produção devem dificultar o alcance das metas do PIB aquícola.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe uma grande discrepância entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aquicultura. A qualidade e quantidade de água, dos insumos e do clima, entre outras vantagens competitivas, indicam que, no curto prazo, a atividade pode se transformar em importante geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e baías litorâneas, os grandes reservatórios e a região do semi-árido, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação da política de uso das águas de domínio da União para a produção de pescados.
- Incremento de mais de 58 milhões de alevinos na produção nacional.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, foram investidos R\$ 4,2 milhões em estudos de zoneamento para garantir a inserção da aquicultura como forma legítima de produção. Começaram a ser demarcados e regularizados parques nos reservatórios de Itaipu, no Paraná, e Tucuruí, no Pará. Na Serra da Mesa foi feita a primeira cessão de uso de águas da União para uma unidade demonstrativa.

O público-alvo do programa está subestimado, devido à debilidade estatística do setor pesqueiro e ausência de um censo agropecuário recente, que contemple de maneira detalhada as unidades de produção de pescado dentro das propriedades rurais, inclusive nos assentamentos de reforma agrária. É importante ressaltar que os atingidos por barragens, indígenas e quilombolas passaram a integrar o escopo do programa, dada a capacidade da aquicultura para proporcionar alternativa de geração de renda, emprego e alimento, sendo inclusive ferramenta de resgate social e de recomposição de estoques naturais.

O indicador "PIB Aquícola" tem se mostrado inadequado, pois considera os preços médios dos pescados num mercado globalizado em que a flutuação nem sempre depende de fatores internos. Desta forma, o indicador não afere o grau de eficiência do programa.

Nos casos de ações que necessitam de um curto prazo de resposta, os resultados estão em geral acima do esperado. Todavia, obras e estudos precisam de mais tempo para sua conclusão, sendo esperado um acúmulo de metas executadas ao final de um período.

A execução da maioria das ações do programa é feita por meio de parcerias, cuja formação é dificultada pela descontinuidade da liberação de recursos, principalmente o contingenciamento, que também compromete o cumprimento das metas físicas dentro do período.

Um dos fatores que prejudicam o desempenho do programa é o número reduzido de

técnicos, sendo necessária a contratação para as áreas de oceanografia, engenharia de pesca e de aquicultura, zootecnia, veterinária e engenharia de alimentos.

O atraso na liberação de recursos causa dificuldades para honrar compromissos que, em se tratando de uma atividade zootécnica, podem provocar perda de todo o projeto ou produção, dados os efeitos que a falta de insumos, como a falta de ração, podem causar.

Devido aos contingenciamentos e atrasos, as parcerias acabam sendo firmadas ao final do período, sem limite para pagamento, sendo os desembolsos inscritos em restos a pagar.

Há inúmeras dificuldades para a formatação das parcerias, principalmente na elaboração da proposta técnica pelos parceiros e estruturação dos processos. Muitos parceiros, inclusive entidades do governo federal e Municípios, foram impossibilitados de compor as parcerias por inadimplência.

A política ambiental tem sido um ponto de atrito e ocasiona as maiores dificuldades. Apesar dos investimentos em zoneamento e planejamento efetivados, há grande resistência dos setores ambientais. O licenciamento ambiental é o maior entrave para o incremento da produção nacional de pescados cultivados, algo que pode ser demonstrado pela total ilegalidade em que se encontra o setor aquícola, em que mais de 95% dos empreendimentos não têm licenciamento devido ao excesso de burocracia e custos. Isso impõe ao setor a impossibilidade de acesso ao crédito e outras políticas públicas.

A repartição e o compartilhamento de atribuições com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) geram insegurança aos investidores e produtores, que não se sentem contemplados com um marco legal claro, além do contra-senso de a atividade produtiva ser controlada por um órgão de preservação ambiental.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os recursos que envolvem despesas administrativas foram aplicados dentro de uma lógica que visa a minimizá-los em relação às ações finalísticas. Para a execução do programa, os gastos da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foram da ordem de 2,35%, não prejudicando a execução das ações deste programa.

Os principais gastos referem-se a deslocamentos e diárias, além de custos com a manutenção das estruturas descentralizadas na implementação de ações deste programa. Estes gastos permitem a consolidação de parcerias, a avaliação das realidades locais e a fiscalização da execução e da pertinência das demandas.

RECOMENDAÇÕES

- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.

- Eliminar o excesso de burocracia e custos na obtenção do licenciamento ambiental.
- Aperfeiçoar o marco legal do setor.
- Excluir as ações não-orçamentárias 904F – “Definição de Padrões de Qualidade na Produção de Moluscos Bivalves, 904ª Revisão do Marco Legal”.
- Excluir a ação orçamentária 094N – “Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial – PROGER Piscicultura (Lei nº 8.427, de 1992)”.
- Incluir a ação “Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade da Produção de Moluscos”.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA

OBJETIVO

Desenvolver a cadeia produtiva da pesca.

PÚBLICO-ALVO

Pescadores artesanais e industriais.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 48.987.561,00
R\$ 59.432.042,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 48.987.561,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA PESCA

Unidade de medida: Tonelada (t)/ ano

Último índice apurado: 746.216,5 em 2004

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Houve, no exercício de 2005, uma pequena redução na produção de pescados a partir da captura (pesca extrativa), devido às condições climáticas adversas, edição de portarias de defesa de espécies, e em função de atrasos na regulamentação do "Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota)", que prevê a construção e aquisição de embarcações pesqueiras. Outro fator que contribuiu para a redução das capturas foi o atraso na vinda de embarcações estrangeiras arrendadas para operação no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) brasileiro.

2. PRODUTO INTERNO BRUTO PIB PESQUEIRO

Unidade de medida: R\$ milhões

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 4.822,67

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005, o que dificulta checar a viabilidade de alcance ao final do PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia produtiva da pesca encontra-se desestruturada, principalmente no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas de produção. Uma das preocupações deste programa é garantir ações que possibilitem a ampliação, de forma sustentável, das capturas pesqueiras, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e para a repartição dos benefícios da pesca.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Subvenção de 85,5 milhões de litros de óleo diesel, superando em 163% a meta inicialmente prevista para o exercício. Foram contempladas 2.293 embarcações, beneficiando armadores e indústrias de pesca em 10 Estados.
- Instalação de 22 fabricas de gelo nas 5 regiões, beneficiando pescadores artesanais.
- Concessão de crédito ao setor pesqueiro e aquícola, no valor de R\$ 34 milhões, durante o ano de 2005, contemplando 10 projetos.
- Mapeamento estrutural da pesca no litoral do Sudeste e Sul, cadastramento da frota pesqueira no litoral Norte e Nordeste e monitoramento da atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro.
- Mapeamento da população e avaliação do estoque de sardinha-laje na região Nordeste do Brasil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa foi positivo, com o atendimento do público-alvo, conforme previsto, corroborando os resultados das conferências estaduais e nacional.

Registra-se a regulamentação da equalização da taxa de juros em financiamento ao "Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional". Em 2005, com o lançamento do primeiro edital, foram contempladas 10 embarcações, no valor de R\$ 42 milhões, com R\$ 11 milhões para equalização de juros.

Por meio da ação "Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras", foram subsidiados 85,5 milhões de litros do combustível, 263,66% do valor inicialmente previsto, com um investimento de R\$ 6,8 milhões. Foram habilitadas 2,5 mil embarcações, das quais 15% são de pesca artesanal.

Quanto à "Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos", em 2005 foram feitos investimentos na ordem de R\$ 14 milhões.

Em 2005, foram instaladas 22 fábricas de gelo nas 5 regiões do país, beneficiando 80 mil pescadores artesanais.

Considerando-se as variações ocorridas no exercício de 2005, como contingenciamento e atrasos nas transferências dos recursos, muitas das ações terão suas metas físicas realizadas apenas no próximo exercício, mediante os convênios firmados e as transferências efetuadas.

A inconstância na liberação dos recursos foi a principal responsável pela baixa realização das metas. Além disso, diversos convênios, embora devidamente instruídos, deixaram de ser celebrados, em função da incerteza na liberação de recursos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os recursos que envolvem despesas administrativas foram aplicados dentro de uma lógica que visa a minimizá-los em relação às ações finalísticas. Para a execução do programa, os gastos da ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" foram da ordem de 2,35%, não prejudicando a execução das ações deste programa.

Os principais gastos referem-se a deslocamentos e diárias, além de custos com a manutenção das estruturas descentralizadas na implementação de ações deste programa. Estes gastos permitem a consolidação de parcerias, a avaliação das realidades locais e a fiscalização da execução e da pertinência das demandas.

RECOMENDAÇÕES

- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Eliminar o excesso de burocracia e custos na obtenção do licenciamento ambiental.
- Aperfeiçoar o marco legal do setor da pesca.
- Alterar o produto da ação "Apoio a Extensão Pesqueira" de "entidade apoiada" para "pescador atendido".
- Alterar o produto da ação "Apoio a Unidades de Ensino na Pesca" de "unidade apoiada" para "unidade de ensino apoiada".
- Excluir as ações não-orçamentárias "904P – "Promoção da Responsabilidade Social da Pesca", 904T – "Revisão do Marco Legal da Pesca" e 904S – "Avaliação do Potencial Sustentável de Captura dos Recursos Vivos Marinhos".
- Excluir a ação orçamentária 09DB – "Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial – PROGER (Lei nº 8.427, de 1992)".
- Incluir a ação "Gerenciamento da Subvenção do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras".

GESTÃO DA POLÍTICA PESQUEIRA

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 5.366.073,00
R\$ 11.566.000,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 5.366.073,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

Não existem políticas que contemplem os diversos elos das cadeias produtivas das espécies cultivadas. Há conflitos de interesses na gestão das águas, dispersão de esforços e registram-se vários tipos de carências: de mão-de-obra capacitada, de modernas técnicas de manejo alimentar, de procedimentos sanitários e ambientais, de programas de investimento e financiamento para custeio da produção, além da insuficiência de alternativas alimentares necessárias para a engorda. Embora existam diversas instituições de pesquisa para o estudo da reprodução de espécies de água doce e marinha no Brasil, seus resultados são pouco difundidos e aproveitados, em grande parte devido à baixa efetividade dos serviços de assistência técnica. Verifica-se ainda uma relativa desorganização dos produtores para a produção e comercialização de seus produtos.

Esse quadro justifica a implantação de uma nova política de gestão pública na área de aquicultura e pesca, assentada na transparência, participação e inclusão social, garantindo a sustentabilidade social, econômica e ambiental das atividades.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 529.181 registros de pessoas físicas e jurídicas no Registro Geral da Pesca (RGP).

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Os resultados alcançados estão dentro do esperado, apesar de haver ainda certa dificuldade no manejo dos instrumentos de planejamento, execução e acompanhamento, uma vez que as ações do programa envolvem pescadores, servidores, formas associativas e instituições de pesquisas.

Foram realizados o controle da atividade pesqueira e a regularização do exercício profissional da pesca e aqüicultura em 27 Unidades da Federação, implementados por meio da ação "RGP". Em 2005, foram realizados 529.181 registros no RGP, que tiveram fundamental importância para o alcance dos objetivos do programa. O cadastramento de pessoas físicas e jurídicas interessadas em exercer as atividades de pesca e aqüicultura, feito pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), garante o cumprimento da legislação e possibilita a execução de outras ações governamentais relacionadas ao setor pesqueiro, tais como o seguro-desemprego, as aposentadorias e a concessão de crédito.

A implantação do Sistema de Informação da Aqüicultura e Pesca possibilitou a realização do censo estrutural da pesca no litoral Sudeste e Sul, o cadastramento da frota pesqueira no litoral Norte e Nordeste e o monitoramento da atividade pesqueira em todo o litoral brasileiro. Ao realizar essas ações, a SEAP/PR atendeu a uma demanda crescente do setor por informações atualizadas que possibilitem a implementação das políticas públicas e setoriais e o desenvolvimento sustentável da pesca e aqüicultura no país.

Foram feitos convênios favorecendo as formas associativas de produção, em especial em assentamentos rurais voltados ao cultivo de peixe, apoiando associações, cooperativas e entidades comunitárias, bem como convênios para a realização de estudos sobre tecnologia e biologia da pesca e aqüicultura. Também foram realizados, em Belém, Manaus, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis e Brasília, eventos regionais de treinamento de servidores para o encaminhamento do trabalho de cadastramento e recadastramento de pescadores profissionais nos 27 Estados.

Houve dificuldades para contemplar satisfatoriamente o calendário de liberação de recursos financeiros, em especial para o convênio de monitoramento da pesca, devido ao contingenciamento e à descontinuidade do fluxo de recursos. A medida que se trabalha na execução de convênios com organismos públicos, é difícil encontrar algum órgão que cumpra todas as exigências impostas. Outra dificuldade encontrada foi quanto à celebração de convênios por inadimplência dos proponentes.

A ação de promoção de crédito tem um papel estratégico no desenvolvimento da pesca e da aqüicultura. Houve um enorme empenho na política de acesso e na desobstrução dos canais de crédito e financiamento.

Os escritórios estaduais carecem de infra-estrutura e não dispõem de recursos humanos suficientes, principalmente para o "Programa de Cadastramento e Recadastramento de Pescadores Profissionais".

O programa realizou parcerias com entidades não-governamentais. Foram realizados convênios com fundações e instituições de pesquisa e foi contratada uma empresa para a realização do cadastramento de pescadores.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Os recursos destinados à “Gestão e Administração do Programa (GAP)” são usados em auditorias realizadas em algumas colônias de pescadores nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Paraíba, com o objetivo de excluir do RGP falsos pescadores e impedi-los de se beneficiarem do programa “Seguro-Desemprego”. Os recursos do GAP também têm sido utilizados em atividades de acompanhamento do ordenamento da pesca, na participação de comitês de pesca de camarões, lagosta e isca viva.

RECOMENDAÇÕES

- Promover a liberação contínua dos recursos.
- Os processos internos para celebração de convênios devem ser revistos, de modo a conferir maior celeridade administrativa ao andamento das propostas.
- Excluir do programa, por não terem produto nem recursos orçamentários/financeiros, as ações 904Q – “Implementação de Mecanismos de Participação Social na Execução e Desenvolvimento das Políticas Pesqueiras”, 904R – “Promoção Comercial do Pescado” e 904M – “Promoção da Concessão de Crédito para Aqüicultura e Pesca”.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Secretaria Especial de Direitos Humanos

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), foram utilizados R\$ 73,4 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 124.574.997,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 73.405.347,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 124.574.997,00	Total realizado:	R\$ 73.405.347,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 8,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 4,3 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2005, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos reforçou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos direitos humanos, por meio de ampla articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e pelo fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade.

- Por meio do programa "Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas" foram investidos R\$ 11.847.818,00 no atendimento a 3.500 vítimas de crimes, em 14 centros de atendimento. Os recursos também foram destinados à proteção de 830 pessoas, por meio dos 17 serviços estaduais (PROVITA), o que corresponde ao atendimento de 100% das solicitações de inclusão no programa que satisfizeram às exigências previstas na Lei nº. 9.807/99 e do programa federal que atende aos casos de proteção oriundos dos Estados onde o serviço ainda não foi implantado.
- No âmbito do programa "Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente", foram investidos R\$ 18.911.882,00 para a implantação de 13 módulos do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) em 664 novos Municípios e no atendimento a 9.395 crianças e adolescentes sob medidas de proteção e a 1.500 adolescentes ameaçados de morte, entre outros.
- O programa "Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei" possibilitou o investimento de R\$ 11.278.328,00 na criação de 380 novas vagas em instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas e no atendimento a 5 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.
- No programa "Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", foram investidos R\$ 2.383.244,64 em 15 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças

e adolescentes, possibilitando a capacitação de 2.620 participantes do sistema de garantia de direitos, incluindo servidores públicos e profissionais do "Sentinela". Além disso, houve a capacitação de 50 mil caminhoneiros pelo Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), utilizando metodologia elaborada pela SEDH. O fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes permitiu ainda a ampliação da Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

- No âmbito do programa "Direitos Humanos, Direitos de Todos", foram investidos R\$ 16.082.502,00 no apoio a 16 centros de referência em direitos humanos e a 3 conselhos, na emissão de 10.200 documentos, no atendimento a 55.104 pessoas nos serviços de orientação jurídica gratuita, de mediação de conflitos e de informações em direitos humanos (balcões de direitos), entre outros.

ASPECTOS RELEVANTES

Os programas da Secretaria Especial de Direitos Humanos têm um alto nível de participação social, imprimindo à sua execução um elevado grau de compromisso com a sociedade civil, sobretudo em decorrência das doações recebidas.

A atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por exemplo, nos programas voltados para os direitos da criança e do adolescente está presente no desenho das ações, na definição de metas, na forma de implementação e na aprovação dos projetos apoiados, dentre outros.

Em 2005, a SEDH e o CONANDA definiram, por meio da Resolução nº. 101, de 17 de março de 2005, procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiadas com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). Os projetos recebidos pela Subsecretaria foram apresentados à Plenária do CONANDA para aprovação no mês de agosto. A lista, contendo 195 projetos aprovados, foi divulgada no Diário oficial da União no dia 22 de agosto de 2005. Os projetos foram classificados em três categorias: A 1 – projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; A 2 – projetos que seriam apoiados após (e caso ocorresse) o descontingenciamento orçamentário; e B – projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEDH para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Contingenciamento - A análise da série histórica de execução orçamentária da SEDH no período 2003-2006 revela uma participação decrescente na composição das fontes de Recursos do Tesouro extra-Fundo, os quais, para 2006, mostram-se 15% inferiores aos valores executados em 2005, o que vem sendo compensado, no valor global do órgão, com uma maior participação das receitas de doações ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). Em 2005, embora a arrecadação de R\$ 24,1 milhões do FNCA tenha ficado distante do montante estimado de R\$ 41,0 milhões, houve crescimento em relação a 2004, quando atingiu o valor de R\$ 22,4 milhões. Contudo, o FNCA é destinado apenas aos programas que têm como público-alvo

crianças e adolescentes, por isso, de acordo com os relatórios de avaliação, esse fato tem prejudicado a execução dos demais programas que não recebem recursos do mencionado Fundo.

Dessa forma, percebe-se que a abrangência do contexto a ser trabalhado, as especificidades das várias áreas relativas aos direitos humanos e suas demandas e, ainda, os recursos orçamentários deficitários contribuem para que o resultado das ações realizadas não sejam visíveis no curto prazo, fazendo-se necessária a realização de esforços significativos por meio de investimentos que permitam o fiel cumprimento da legislação vigente.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A demora na aprovação da Lei Orçamentária prejudica a continuidade das ações do órgão, visto que 58% de suas ações são realizadas por meio de convênios, inviabilizando as renovações dos mesmos para a manutenção de suas atividades. Assim, com o intuito de superar esse entrave e visando a agir preventivamente, alguns programas adotam períodos de vigência para os convênios descompassados com o exercício financeiro, ou seja, os convênios iniciam sua vigência, em geral, no mês de julho com previsão de término em julho do ano subsequente, mês em que a Lei Orçamentária provavelmente já estará aprovada. Em outros programas, a inexistência de qualquer previsão na liberação de recursos ao longo do ano não permite uma melhor organização do processo de análise e aprovação dos projetos e tampouco a organização da implementação das ações, ficando quase sempre para dezembro a formalização dos convênios. Este tipo de restrição tem como consequência direta a dificuldade de apresentação dos resultados no exercício, bem como a análise do desempenho da execução das ações do período.

Recursos Humanos – O órgão apresenta uma alta carência de recursos humanos ao passo que seus programas necessitam de uma grande articulação com diversos Ministérios para a obtenção de seus resultados. Além disso, o tema está sempre na mídia, o que demanda produção de dados e disponibilização de técnicos para fornecer as informações solicitadas. Há ainda campanhas publicitárias, demandas referentes à formalização e execução de convênios, análise de projetos e encaminhamento de denúncias, análises de pareceres e projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, entre outras atividades, que são forçosamente executadas por equipes reduzidas.

Monitoramento - No que se refere à maioria das ações da SEDH realizadas por meio de convênios, percebe-se que o monitoramento realizado necessita de aperfeiçoamentos, pois não há uma periodicidade estabelecida e uma padronização para monitorar o desempenho físico dos projetos. Em alguns casos o desempenho físico destes convênios é disponibilizado apenas no relatório final apresentado pelas instituições conveniadas e a consolidação das metas físicas atingidas é realizada manualmente pela coordenação dos programas. O monitoramento encontra, ainda, dificuldades relacionadas principalmente à pulverização dos projetos, à sua não padronização e à falta de pessoal para a supervisão e acompanhamento dos projetos financiados.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS



Avaliação dos Programas

ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

OBJETIVO

Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

PÚBLICO-ALVO

Testemunhas de crimes e vítimas.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 11.847.818,00
	Pago estatais:	-
R\$ 11.935.259,00	Total:	R\$ 11.847.818,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 100 em 31/12/2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do Programa esteve desde o seu início até os dias atuais em 100%, ou seja, todas as solicitações de inclusão no Programa que satisfizeram as exigências previstas pela Lei nº 9.807/99 foram atendidas. O indicador, portanto, mede apenas a capacidade do programa em atender às demandas de proteção que lhe são dirigidas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A proteção e assistência a vítimas e a testemunhas de crimes é uma das principais ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos e constitui condição indispensável para o combate à impunidade no país, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas que colaboram com a polícia e com a justiça. No âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR), por meio da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT/SEDH), é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Este programa atua por meio de três ações principais: 1) o apoio aos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), que têm como propósito, além da proteção das pessoas que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, a promoção da reinserção social dos beneficiários em uma

nova comunidade, distantes dos locais onde as ameaças ocorreram; 2) o apoio aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), que atuam de forma complementar aos serviços de proteção, destinando-se a vítimas que não são consideradas como testemunhas legais de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico a pessoas vitimizadas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social; e 3) o Programa Federal de Proteção a Testemunhas, regulamentado pelo Decreto nº 3.518/2000, que visa a assegurar a execução do programa nos Estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A manutenção dos resultados em 2005 foi considerada dentro do esperado, tendo em vista:

- Proteção de aproximadamente 600 pessoas pelos Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), sendo possível o atendimento a 830 pessoas simultaneamente.
- Atendimento de cerca de 3.500 pessoas pelos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC).
- Proteção de 66 pessoas no âmbito do Programa Federal de Proteção a Testemunhas.
- Os atendimentos foram possíveis, graças à manutenção: 1) dos 17 Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas (Provita) nos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina; 2) do Programa Federal de Proteção a Testemunhas; e 3) dos 14 Centros de Apoio a Vítimas de Crimes, cuja capacidade mensal é de aproximadamente 250 pessoas, instalados em 12 Estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina.
- A Coordenação-Geral do Programa passou a participar mais efetivamente das atividades de monitoramento do Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas, tendo realizado o aperfeiçoamento de alguns instrumentos de monitoramento e garantido o ciclo das informações para os Estados.

Cabe ressaltar que, no período 1998-2004, 1.620 pessoas (testemunhas, vítimas e seus familiares) receberam proteção do programa, sendo 611 testemunhas de alto poder ofensivo. Os dados referentes a 2005 ainda não foram consolidados.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Indicador - O atual indicador apresenta-se insuficiente para aferir o nível de eficácia do programa. Os macro-objetivos deste programa são a salvaguarda de vidas humanas, a promoção e defesa dos direitos humanos, o combate à impunidade e a efetivação da justiça, mas apenas o primeiro deles é contemplado no indicador existente. Diante disso, o Tribunal de Contas da União, por ocasião da Auditoria de Natureza Operacional sobre o programa, no Acórdão nº 600/2005 (publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2005), recomendou à CGPT/SEDH a instituição de uma série de indicadores de desempenho entre os quais se destacam:

- Tempo médio de permanência no programa;
- Percentual de jovens beneficiários encaminhados para escola;
- Percentual de beneficiários encaminhados para programas de capacitação;
- Percentual de beneficiários encaminhados para programas de moradia.
- Estes indicadores seriam utilizados para mensurar os objetivos do programa, no que se refere à proteção de direitos humanos atualmente desconsiderados e a reinserção social de seus beneficiários em novos espaços comunitários.
- Percentual de processos/inquéritos solucionados nos quais existam testemunhas inseridas no programa.

Este indicador apresenta-se como o ideal para o programa, pois apura o número de processos criminais solucionados com o auxílio das testemunhas por ele protegidas. Contudo, este indicador é de difícil apuração pois sofre a influência da morosidade da justiça brasileira, na qual o trâmite de um processo criminal até o seu trânsito em julgado, na grande maioria das vezes, ultrapassa o tempo de quatro anos do PPA no qual essa aferição deve ser feita.

A Coordenação do Programa está desenvolvendo a coleta da série histórica de dados do programa, a fim mensurar os indicadores recomendados pelo TCU.

Cumprimento de Metas Físicas – A realização de seminário e de oficina de capacitação para os técnicos dos serviços de proteção a testemunhas, prevista para novembro/2005, foi adiada para 2006, diante da impossibilidade de garantir a presença de especialistas internacionais que participariam do evento no período almejado. Assim os recursos previstos no orçamento da SEDH referente às ações 0724 - “Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas” e 6244 - “Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas” foram repassados para o PNUD/SEDH, a fim de garantir a capacitação, que agora está prevista para julho de 2006.

Composição das Fontes de Financiamento - O programa é implementado por intermédio da celebração de convênios entre a União (SEDH/PR) e os Estados (Secretarias de Justiça e Direitos Humanos, em sua maioria) ou Municípios. No entanto, verifica-se que o financiamento da União, em relação à contrapartida estadual/municipal, representa cerca de 80% do total e que a maioria dos convenientes restringem-se a cumprir o mínimo legalmente exigido como contrapartida na celebração do convênio. Tal situação denota um comprometimento deficitário, ao menos no que tange a investimentos financeiros, na implementação dessa política pública. A Coordenação-Geral do Programa tem envidado esforços para que os Estados incrementem sua contrapartida, quando da celebração do convênio para implementação de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A demora na aprovação da Lei Orçamentária prejudica a continuidade do serviço de proteção a testemunhas, pois inviabiliza as renovações dos convênios com os Estados para a manutenção das atividades. Assim, com o intuito de superar esse entrave, visando a agir preventivamente, os períodos de vigência dos convênios continuam descompassados com o exercício financeiro, ou seja, os convênios iniciam sua vigência, em geral, no mês de julho com previsão de término em julho do ano subsequente, mês em que a Lei Orçamentária provavelmente já estará aprovada.

Contingenciamento – As alterações nos valores orçamentários destinados ao programa inviabilizaram a expansão do Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas, impedindo a implantação de novos Serviços de Proteção a Testemunhas (Provita) e Centros de Apoio a Vítimas (CAVC) em outros Estados. A estagnação da política pública de proteção a testemunhas, especialmente no que diz respeito à não ampliação de sua capacidade de atendimento, pode acarretar a impossibilidade de atendimento de novos casos de proteção e de assistência a vítimas. Um exemplo claro disso foi a situação ocorrida em 2004 no Estado do Pará, representada pelo assassinato da ativista Dorothy Stang, que redundou em um significativo aumento da demanda por proteção e assistência a vítimas ao Provita/PA e ao CAVC/PA.

Com o intuito de manter a estrutura de proteção já implantada, não houve destaque orçamentário para o Departamento de Polícia Federal para a implementação do Serviço de Proteção ao Depoente Especial (SPDE). No entanto, a Polícia Federal, com recursos próprios, garantiu o atendimento dos usuários no âmbito do SPDE ao longo de 2005.

Recursos Matérias/Infra-estrutura - Ressalta-se a carência de equipamentos de informática e, principalmente, a necessidade de criação de um banco de dados nacional para o programa que auxilie, entre outros, no mapeamento da incidência da violência sob variadas formas de consulta (geográfica, étnica, por idade, por sexo, por tipo de crime, etc.). A criação desse banco de dados contribuiria inclusive para a apuração dos indicadores propostos.

Recursos Humanos na equipe gerencial - Desde o seu início, em 1998, a quantidade de recursos humanos na gerência do Programa tem sido a mesma e a sobrecarga inevitável. Há dificuldades no monitoramento dos convênios sob sua responsabilidade e no processamento das informações obtidas pelos relatórios trimestrais que são exigidos de todos os Serviços de Proteção a Testemunhas, o que causa um subaproveitamento de importante fonte de informações gerenciais sobre o desempenho do programa. Diante da abrangência das atividades desenvolvidas, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 600/2005 (publicado no Diário Oficial da União de 30/05/2005) recomendou que a SEDH reforçasse “a estrutura da Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas, prevendo, inclusive, condições para que possa haver substituições temporárias de profissionais em Estados que apresentem carência de pessoal na equipe técnica”.

No Plano de Ação que a SEDH encaminhou ao TCU, em cumprimento à determinação decorrente desta Auditoria, consta a proposta de reestruturação da CGPT a ser implementada em 2006.

Atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios – Constata-se a ocorrência de inconsistências tanto na prestação de contas quanto nos projetos apresentados por Estados e Municípios, o que representa um reflexo do desconhecimento técnico do assunto e da legislação que regula as matérias. Esta restrição merece atenção especial em razão das peculiaridades de segurança e sigilo que são inerentes à atividade de proteção a testemunhas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Monitoramento - O monitoramento do programa é atualmente realizado tendo por base dois instrumentos básicos: visitas in loco e relatórios trimestrais. As visitas

in loco são realizadas por uma equipe de monitores, escolhidos dentre os técnicos atuantes nos Serviços Estaduais de Proteção que se destacaram no desempenho de suas funções, acompanhada por um técnico da CGPT/SEDH a cada um dos 17 Serviços Estaduais de Proteção pelo menos uma vez ao ano. Nessa atividade são avaliadas diversas dimensões do programa (Conselho Deliberativo, Equipe Técnica Interdisciplinar, Entidade Gestora, Atendimento ao Usuário, Órgão Estatal Conveniado etc.) e dela resulta uma resposta que congrega avaliações e sugestões de ajustes. Este resultado é socializado para todos os entes estatais e da sociedade civil responsáveis pelo programa naquela localidade.

O aperfeiçoamento dos relatórios produzidos nas visitas in loco foi uma das grandes modificações ocorridas em 2005. A criação de novos instrumentos e a nova forma de funcionamento das atividades de monitoramento foram consensuadas entre os atores envolvidos na implementação do programa e incluem: a) a elaboração de instrumento de coleta de informações com um roteiro mínimo para direcionar as discussões no âmbito do Conselho Deliberativo, da Entidade Gestora, da Equipe Técnica, da Rede Solidária e no contato com Usuário do Programa; b) a elaboração de instrumento de avaliação da atividade de monitoramento para posterior discussão com as instâncias que compartilham essa atividade; c) a elaboração de instrumento denominado "Sumário de Monitoramento" para agilizar o encaminhamento de uma breve resposta ao Estado sobre as atividades desenvolvidas e eventuais recomendações emergenciais; d) o aperfeiçoamento do modelo do Relatório Final de Monitoramento, com a apresentação de forma mais clara dos problemas detectados e a definição das recomendações de forma sistematizada, incluindo prazos e responsáveis. Este documento é encaminhado para todos os atores: Secretaria Estadual, Conselho Deliberativo, Entidade Gestora e Equipe Técnica; e, e) elaboração de instrumento para a Reunião de Trabalho do Monitoramento, com a compilação dos aspectos mais importantes contidos nos Relatórios Finais, a fim de dirigir a discussão e subsidiar o planejamento para as atividades do ano de 2006.

Participação Social – O funcionamento do programa se baseia na estreita parceria entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada. A execução das atividades é descentralizada por meio da assinatura de convênios com as Secretarias Estaduais ou Municipais que, por sua vez, firmam parcerias com organizações não governamentais (ONGs) atuantes na área de direitos humanos, responsável pela construção de uma rede solidária de proteção que envolve outras associações da sociedade civil (entidades religiosas, associações comunitárias, etc.). As ONGs são as responsáveis diretas pelo acolhimento dos beneficiários do programa, inclusive pela contratação da equipe técnica que irá acompanhar os beneficiários, que se compõe de, no mínimo, um psicólogo, um assistente social e um advogado. A exceção encontra-se no Rio Grande do Sul, em que a execução do programa fica a cargo do próprio Estado (PROTEGE). As organizações da sociedade civil têm demonstrado crescente empenho e responsabilidade com o programa, apesar de demonstrarem alguma dificuldade na gestão administrativo-financeira relacionada à elaboração, execução e prestação de contas de convênios.

Satisfação do Beneficiário - O programa ainda não dispõe de estudos referentes à satisfação do público-alvo, mas apenas indicativos registros pontuais de usuários acerca da satisfação com os benefícios e o atendimento proporcionados pelo programa. Contudo, nota-se que algumas autoridades orientam de forma

equivocada estes usuários em relação aos benefícios que serão disponibilizados. Assim, as insatisfações normalmente não estão relacionadas à proteção em si, mas aos benefícios acessórios como, por exemplo, auxílio financeiro ou moradia.

RECOMENDAÇÕES

- Inclusão dos seguintes indicadores, recomendados pelo TCU, como indicadores do programa: 1) tempo médio de permanência no programa (somatório do tempo em que os beneficiários permaneceram no programa, dividido pelo número de beneficiários inseridos no programa, por Estado); 2) percentual de jovens beneficiários encaminhados para escola (número de jovens que foram encaminhados para a escola, dividido pelo número total de jovens inseridos no programa, vezes 100, por Estado); e, 3) percentual de beneficiários encaminhados para programas de capacitação (número de beneficiários encaminhados para programas de capacitação, dividido pelo número total de beneficiários inseridos no programa, vezes 100, por Estado).
- Capacitação da Coordenação-Geral do programa para orientação dos convenientes em relação ao processo de prestação de contas;
- Exclusão da ação 2831- "Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e pessoas sob grave ameaça".

ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

OBJETIVO

Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas socioeducativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescente em conflito com a lei.

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 25.447.549,00

Empenho Liquidado: R\$ 11.278.328,00

Pago estatais: -

Total: R\$ 11.278.328,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE ADOLESCENTES ATENDIDOS

Unidade de medida: Pessoas Atingidas

Último índice apurado: 1 em 31/12/2003

Índice previsto ao final do PPA: 2,5

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado em 2005 em decorrência da escassez de informações sistematizadas no âmbito das Unidades da Federação e dos Sistemas Estaduais de Justiça sobre o número de adolescentes sentenciados com medidas socioeducativas e o número de adolescentes atendidos pelo sistema de atendimento socioeducativo para o cumprimento de medida. Contudo, várias ações foram viabilizadas e, com as informações de que a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente dispõe, estima-se um crescimento de aproximadamente 30% no número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa se comparado aos dados obtidos no levantamento realizado em 2004.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa "Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei" busca ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas socioeducativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Este programa tem como princípios a municipalização e descentralização, conferindo prioridade absoluta

aos serviços de execução das medidas em meio aberto de boa qualidade, por meio da articulação, mobilização e qualificação do sistema de justiça, do investimento na capacitação profissional e do reordenamento das unidades de internação, com vistas à superação da histórica cultura assistencial-repressiva, presente durante séculos no Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado, tendo em vista:

- Apoio ao reordenamento de instituições responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas, por meio da construção ou reforma de unidades nos Estados de Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará, Acre, Tocantins, Alagoas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, possibilitando a criação de 380 novas vagas para atendimento dos adolescentes com medida socioeducativa de internação.
- Apoio aos projetos que permitirão o atendimento de 5 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, assim considerada a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade.

Em 2005, foram efetivados convênios com o SENAC Rio de Janeiro; a Pastoral do Menor, que está sendo desenvolvida em 25 localidades de 17 Estados; os Governos do Acre, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Goiás e Mato Grande do Sul; as Prefeituras de Campina Grande; Aracaju; Recife; Olinda; Uberlândia; Varginha; Arca, no Município de Contagem; Juiz de Fora; Fortaleza; Colatina; Belo Horizonte; São Paulo; Diadema; São Bernardo do Campo; e as instituições Instituto Dom Bosco, no Município de Natal, Rio Grande do Norte; Nossa Senhora do Bom Parto, no Município de São Paulo e Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA) no Município de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.

- Conclusão do processo de elaboração do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas.

O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, normas e critérios de caráter político, jurídico, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve o processo de apuração de ato infracional e de execução de medida socioeducativa. Este instrumento contém todas as orientações para os Estados, Municípios e organizações não-governamentais executarem o atendimento das medidas socioeducativas.

Em relação ao SINASE, cabe ainda ressaltar que em 2005 foi contratada a consultoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para avaliação da gestão municipal das medidas socioeducativas em meio aberto e elaboração de uma proposta de modelo de gestão. Esta pesquisa será realizada no ano de 2006 e os resultados permitirão à Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), oferecer aos Municípios diretrizes na organização da política municipal de atendimento sócio-educativo, ampliando a implementação de uma das diretrizes básicas do Estatuto e do SINASE, que é a

descentralização e municipalização da execução do atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Monitoramento – O programa executa ações mediante convênios com Estados, Municípios e organizações não-governamentais, assim, o desempenho físico destes convênios é disponibilizado no relatório final apresentado pelas instituições conveniadas, denominado Relatório de Cumprimento de Objeto. Contudo, a consolidação das metas físicas atingidas é realizada manualmente pela coordenação do programa. Este monitoramento encontra dificuldades relacionadas principalmente à pulverização dos projetos, à não padronização de projetos e à falta de pessoal para a supervisão e acompanhamento dos projetos financiados.

Liberação de recursos ao longo do exercício – A inexistência de previsão da liberação de recursos ao longo do ano impede uma melhor organização do processo de análise e aprovação dos projetos e da implementação das ações, ficando quase sempre para dezembro a formalização dos convênios. Este tipo de restrição prejudica a apresentação dos resultados do programa no exercício, pois o período de convênio geralmente ultrapassa o exercício.

Recursos Matérias/Infra-estrutura/Humanos - Cabe ressaltar a insuficiência de recursos materiais, a inadequação da infra-estrutura e, principalmente, a carência de pessoal para análise das propostas apresentadas pelos governos estaduais e municipais e organizações não-governamentais no acompanhamento dos convênios firmados e na elaboração dos pareceres de prestação de contas. No que se refere à ação de construção de unidades de internação, não existem no quadro engenheiros e arquitetos para análise dos projetos de engenharia e para o acompanhamento das obras.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Parcerias – Foram viabilizadas ações transversais de capacitação em quase todos os projetos apoiados pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), promovendo a capacitação direta de 2.355 educadores, técnicos e dirigentes. Foram realizados programas de capacitação nos Estados de Roraima, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Goiás, Pará, Amapá, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Acre, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Maranhão.

Além disso, foi formulado, numa parceria entre a SEDH, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores (ABMP) e o Instituto Latino-americano de Prevenção a Delinquência (Ilanud), o projeto de atualização dos juizes, promotores e defensores sobre a temática de aplicação e execução de medidas sócio-educativas. O projeto prevê a elaboração de material didático que será utilizado nos seminários regionais.

Para o ano de 2006, está prevista a realização de quatro seminários, sendo um em São Paulo, para todo o Estado; um em Recife, para o Estado de Pernambuco; um em Manaus, para atender aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima; e outro, em Belém, para os Estados do Amapá e Pará. Este projeto tem ações previstas ainda para o ano de 2007.

Participação Social – A atuação do CONANDA neste programa está presente no desenho das ações, na definição de metas, na forma de implementação e na aprovação dos projetos apoiados, entre outros.

Em 2005, por meio da Resolução nº 101, de 17 de março de 2005, a SEDH e o CONANDA definiram procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiadas com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). No âmbito deste programa, a lista, contendo 119 projetos aprovados, foi publicada no Diário oficial da União de 22 de agosto de 2005. Estes projetos foram classificados em três categorias: (A1) 31 projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; (A2) 5 projetos que seriam apoiados após (e caso ocorresse) o descontingenciamento orçamentário; e (B) 83 projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA.

RECOMENDAÇÕES

- Implementação de um processo de acompanhamento e supervisão das parcerias com modelos de relatórios a serem apresentados pelos parceiros.

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

OBJETIVO

Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 40.986.392,00

Empenho Liquidado: R\$ 40.216.571,00

Pago estatais:

Total: R\$ 40.216.571,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SOFRERAM ABUSO E/OU EXPLORAÇÃO SEXUAL

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 18 em 15/08/2003

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice não foi apurado pela dificuldade de aferição do denominador do indicador: número de casos notificados de abuso e exploração sexual.

Para 2006, este indicador foi alterado para "Taxa de Evolução da Capacidade de Atendimento do Programa", que considera a quantidade de atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual no ano de apuração, subtraída a quantidade de atendimentos realizados em 2004 (ano de referência), sobre a quantidade de atendimentos realizados em 2004.

Também foi acrescentado o indicador "Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas". Este indicador considera a quantidade de denúncias encaminhadas no ano de apuração, subtraída a quantidade de denúncias encaminhadas em 2004 (ano de referência), sobre a quantidade de denúncias encaminhadas em 2004.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma questão ainda pouco visível e difícil de ser qualificada, por ser ilegal, clandestina e em grande parte doméstica. O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquele denominado estrutural, em função da precária situação socioeconômica das famílias, das quais a maior parte das crianças e adolescentes originam-se. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovida mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando à reintegração social e ao retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da comunidade. Dessa forma, o programa “Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” visa à integração entre os três eixos da Política de Garantia de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (prevenção, atendimento e defesa) utilizando-se de uma metodologia de combate em redes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado, tendo em vista:

- Expansão da capacidade de atendimento de crianças e adolescentes/famílias em situação de violência para 51.500 crianças e adolescentes pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), de abrangência local e regional. Este serviço passou de 314 Municípios para cerca de 1.104 Municípios atendidos;
- Conclusão do levantamento realizado pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que serviu para identificar cerca de 930 Municípios com situação de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O estudo apresentou também informações sobre os programas federais existentes nesses Municípios, bem como as organizações da sociedade civil e da cooperação internacional que possuem ações nessas localidades. Além disso, Comissão Intergestora Tripartite (CIT) utilizou como referência a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, aliada aos critérios definidos na Norma Operacional Básica (NOB/05), para a definição dos Municípios que fariam parte da expansão do atendimento promovido pela ação “Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias” (Programa Sentinela).

- Automação do Programa Sentinela por meio do SUASweb;
- Esta ferramenta eletrônica, via internet, contribuirá para o repasse regular e automático de recursos federais aos Estados e Municípios. A gestão dos programas através do SUASWeb acaba com o atraso no repasse dos recursos federais e permite que os Municípios tenham acesso direto aos processos em andamento, facilitando o monitoramento do cumprimento das metas.
- Realização de uma média de 890 atendimentos/dia e de 18 denúncias/dia recebidas, por meio do Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (0800990500) e ampliação do número de teleoperadores e do horário de funcionamento desse serviço.

- Capacitação de 50 mil caminhoneiros pelo Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), utilizando metodologia elaborada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Suficiência das Ações - A Secretaria Especial dos Direitos Humanos é responsável pela coordenação do Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (0800990500), um serviço de abrangência nacional e gratuito, em que as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, depois de analisadas, são encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização competentes. Por meio do Disque-Denúncia, o cidadão pode obter informações sobre os Conselhos Tutelares, suas atribuições e funcionamento e o telefone do órgão mais próximo de sua casa, além de poder informar o paradeiro de crianças desaparecidas e denunciar o tráfico de seres humanos.

Atualmente, a operacionalização desse serviço não está prevista no orçamento da SEDH e é totalmente financiado pela PETROBRAS, mas o financiamento se encerrará em outubro de 2006. Caso não haja renovação do convênio, ou sua inclusão como ação orçamentária, com dotação específica, este serviço corre o risco de ser paralisado.

Contingenciamento - Em relação a este programa, que é multissetorial, cabe esclarecer que, em 2005, aproximadamente 87% dos recursos foi destinada à ação 2383 - "Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e sua Família", executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Esta ação realiza efetivamente o atendimento das crianças e adolescentes. Os recursos orçamentários destinados à sua implementação foram considerados suficientes. As ações desenvolvidas pela SEDH, por sua vez, visam à capacitação de agentes, a coordenação do disque-denúncia e o apoio a projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Para estas ações, os recursos orçamentários disponibilizados apresentaram-se insuficientes e poucos projetos foram aprovados com o valor integral solicitado. Além disso, grande parte dos recursos foram liberados apenas no final do exercício, o que dificulta o processo de execução.

Recursos, Matérias/Infra-estrutura/Humanos - Ressalta-se a carência de equipamentos de informática e, principalmente, a carência de recursos humanos, por ser um programa multissetorial que necessita de uma grande articulação com os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Turismo, além do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, o tema está sempre na mídia, o que demanda produção de dados e a disponibilização de técnicos para fornecer as informações solicitadas. Há ainda campanhas publicitárias, demandas referentes a orçamento e planejamento, formalização e execução de convênios, análise de projetos e encaminhamento de denúncias para uma equipe de 5 pessoas, sendo 2 estagiários.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Monitoramento - No que se refere às ações da SEDH realizadas por meio de convênios, cada projeto deve apresentar metodologia de monitoramento. Além

disso, os técnicos visitam os locais de implementação para acompanhar o andamento do projeto. Contudo, a forma de monitoramento necessita de aperfeiçoamentos, pois não há uma periodicidade estabelecida e uma padronização para monitorar o desempenho físico dos projetos.

Quanto à ação “Sentinela”, o monitoramento é feito pela coordenação no MDS por meio do Sistema Quali- Quantitativo encaminhado semestralmente pelas Coordenações Estaduais do Serviço Sentinela, que consolidam as informações encaminhadas pelos Municípios. O SUASweb também criou uma nova ferramenta, o Demonstrativo Sintético Anual, que deverá ser encaminhado, por meio eletrônico, com informações físico-financeiras do serviço referentes ao exercício de 2005. Além disso, está em fase de testes o Banco de Dados do Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que facilitará o processo de acompanhamento e monitoramento das ações.

Participação Social – A atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) neste programa está presente no desenho das ações, na definição de metas, na forma de implementação e na aprovação dos projetos apoiados, entre outros.

Em 2005, a SEDH e o CONANDA definiram, por meio da Resolução nº 101, de 17 de março de 2005, procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiadas com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). Os projetos recebidos pela Subsecretaria foram apresentados à Plenária do CONANDA para aprovação no mês de agosto. No âmbito deste programa, a lista, contendo 28 projetos aprovados, foi divulgada no Diário oficial da União no dia 22 de agosto de 2005. Os projetos foram classificados em três categorias: A1 – Projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; A2 – Projetos que seriam apoiados após (e caso ocorresse) o descontingenciamento orçamentário; e B – Projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA.

RECOMENDAÇÕES

- Inclusão da ação “Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;
- Exclusão da ação 2815- “Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”;
- Revisão das metas físicas das ações: 001S - “Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social” e 2383 - “Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias”, em função da execução física alcançada em 2005.

DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

OBJETIVO

Promover e defender os direitos humanos, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$372.749.260,00

Empenho Liquidado: R\$ 342.269.537,00

Pago estatais:

Total: R\$ 342.269.537,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ESTADOS COM CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 62,9 em 31/12/2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Apesar de considerado inadequado, o indicador representa um indicativo do avanço da promoção e defesa dos direitos humanos, visto pelo prisma do engajamento dos Estados ao tema. A criação de conselhos tem avançado e há a expectativa de que ao final do PPA (2007) todos os Estados tenham seus conselhos implantados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Direitos Humanos, Direito de Todos é um programa do PPA 2004-2007, formado por um conjunto de ações que visam a implementar metas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). São ações que se relacionam sobretudo com os temas Educação em Direitos Humanos, Construção de uma Cultura de Direitos Humanos, Promoção da Igualdade e Defesa de Direitos. A maioria de suas ações é de implementação descentralizada, tendo sua execução realizada por governos estaduais, municipais, instituições federais ou organizações não governamentais, mediante a celebração de convênios. A intenção é envolver um número cada vez maior de parceiros e de instituições que ajam em prol da construção de uma cultura de respeito e promoção dos direitos humanos e da cidadania.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de 16 centros de referência para prevenção e combate à homofobia, com previsão de atendimento de 26 mil pessoas, realização de 2.690 capacitações e de 29.800 publicações;
- Atendimento de aproximadamente 55 mil pessoas nos serviços de orientação jurídica gratuita, de mediação de conflitos e de informações em direitos humanos;
- Emissão de 10.200 documentos entre registro civil de nascimento e documentação civil básica.

Cabe ressaltar que os dois últimos resultados fazem parte de uma ação integrada, denominada Balcões de Direitos, que consiste no apoio a projetos para implantação e manutenção de postos, fixos ou itinerantes, onde os segmentos de baixa renda possam ter acesso a serviços essenciais (assistência jurídica e documentação civil básica), com o objetivo de promover o exercício da cidadania. Em paralelo aos serviços prestados às comunidades atendidas pelo projeto, é realizado um trabalho voltado para despertar a conscientização da população por meio de palestras e discussões sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como de temas referentes ao exercício da cidadania. Além disso, são elaboradas e distribuídas cartilhas sobre direitos humanos e legislação essencial relativa aos direitos e garantias individuais e coletivas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Concepção do Programa – Apesar de considerar que o objetivo do programa representa o que se quer alcançar, entende-se que este programa sozinho não é capaz de fazê-lo. Por essa razão, têm-se questionado a real contribuição do programa para a solução do problema a que se relaciona. As discussões têm levado à compreensão de que o programa atua na linha da construção de capacidades (capacity building) individuais, coletivas e institucionais de intervenção sobre os direitos humanos. Há que se ressaltar, ainda, que o objetivo vigente praticamente se confunde com as competências da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do próprio Estado no que tange aos direitos humanos.

Assim, visando aproximar o objetivo do programa ao que de fato é realizado e que compete à Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, a gerência propõe a seguinte redação: “Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção com vistas à promoção, garantia e defesa dos direitos humanos”.

Em relação ao indicador do programa, entende-se que este não reflete de forma adequada o alcance dos objetivos atualmente expressos, até porque sua variação depende mais dos agentes de outro nível da federação do que dos esforços do programa. Caso ocorra a revisão do objetivo do programa, este indicador poderá ser útil. Contudo, permanecendo a forma atual, o indicador pouco reflete os alcances do programa.

Um aspecto que ainda gera desconforto em relação à sua concepção, relaciona-se à inclusão de ações que ocasionam leituras distorcidas por parte da sociedade quanto à priorização do Governo na área de direitos humanos. Um bom exemplo é a ação “Indenização a Anistiados Políticos”, mesmo que o Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão (MPOG) considere ser esse o melhor programa para alocá-la, a leitura do movimento social é a de que, na área de direitos humanos, têm se dado maior ênfase orçamentário-financeira no pagamento de indenizações, em detrimento da execução de ações finalísticas que contribuam para as transformações necessárias sobre essa temática.

Cumprimento de Metas Físicas – Embora algumas ações tenham superado as metas físicas planejadas, as ações de 0895 - “Apoio à Capacitação em Direitos Humanos”, 09AT - “Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica” e 09AS - “Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos” ficaram aquém do previsto. Os principais motivos estão relacionados à modificação no formato da gestão destas ações ou à realização de outros resultados que não se contabilizam em seu produto, mas que corroboram para a obtenção do mesmo. Como exemplo, cita-se a destinação de parte dos recursos da ação “Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica” para a consolidação de uma parceria cuja finalidade é a formação de uma rede de proteção a crianças na Amazônia Legal, por meio da capacitação de agentes públicos na região. O seminário de capacitação, com previsão para realização em julho de 2006, será dirigido a 225 pessoas, entre magistrados, promotores e representantes dos executivos estaduais e de cartórios, e trabalhará os temas: Registro Civil de Nascimento, Trabalho Infantil e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Essa rede tem como objetivo a consolidação da cultura de registro de crianças ao nascer. Dessa forma, as metas físicas previstas para estas ações revelaram-se inadequadas e, por isso, ficaram abaixo do previsto. Além disso, algumas ações tiveram que ser priorizadas em virtude do contingenciamento orçamentário. Outras ações sequer puderam ser executadas.

Liberação de recursos ao longo do exercício – O fluxo de recursos destinados ao programa sofreu descontinuidade, prejudicando sua execução. A gerência tem se esforçado na identificação de mecanismos de superação dessa descontinuidade ora via priorização de atividades, ora via reestruturação da forma de negociação e definição de projetos. Contudo, ainda não se encontrou uma maneira de reverter a atual situação, que exige esforço concentrado no final do exercício para a transferência dos recursos. Esta é uma restrição que, além de gerar acúmulo de trabalho para um quadro restrito de pessoal, compromete a qualidade dos projetos conveniados.

Recursos humanos na equipe gerencial - A ampliação do quadro de funcionários é necessária, embora a gerência tenha se esforçado na busca da melhoria da gestão de pessoal e na distribuição de tarefas para otimização da capacidade de que dispõe.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Monitoramento – Em 2005, a gerência do programa trabalhou na construção de um sistema de monitoramento para suas ações. Destacam-se duas linhas de ação:

- **Supervisão** - consiste na realização de visitas in loco para verificar a real execução dos objetos pactuados, bem como sua qualidade, e para orientar o aperfeiçoamento das atividades. Nessa linha, foram priorizados recursos para as viagens e iniciada a padronização de instrumentos de supervisão. Após as visitas, produziram-se relatórios que foram objeto de discussão e avaliação da equipe e de apreciação pelos executores;

- Acompanhamento - consiste na atividade cotidiana de manutenção de contato com os parceiros executores para verificação do alcance de metas, do cumprimento do cronograma e de focalização e qualidade das ações. Nessa linha, o contato telefônico e por e-mail foram os principais canais estabelecidos.

Contatos com a área de informática já foram iniciados para a captação de dados on-line, o que facilitará a comunicação.

Boas Práticas de Gestão - A gerência do programa entende que a realização de Editais de Chamada Pública para a seleção de parceiros executores de projetos constitui um importante avanço na gestão. Além de democratizar o acesso a recursos públicos, estabelece regras claras sobre as intenções do administrador e permite a identificação de novos parceiros.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoamento do objetivo do programa para: "Construir capacidades institucionais e individuais de intervenção, com vistas à promoção, garantia e defesa dos direitos humanos";
- Revisão das metas físicas para as ações "Apoio à Capacitação em Direitos Humanos, "Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica" e "Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos".

GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO

Apoiar o planejamento, a execução e a avaliação dos programas finalísticos voltados para a garantia de direitos humanos.

PÚBLICO-ALVO

Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 1.972.174,00

Empenho Liquidado: R\$ 1.624.405,00

Pago estatais:

Total: R\$ 1.624.405,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR

Este programa não possui indicador, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Gestão da Política de Direitos Humanos foi criado para monitorar as ferramentas gerenciais disponíveis, facilitando o acesso a dados e informações relacionadas à política de direitos humanos, tanto para o público interno como para o público externo por meio da publicização. O programa auxilia também na interlocução com o órgão setorial de planejamento nas atividades de formulação e revisão das políticas e de programas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 21 agentes públicos em temas transversais.

Cabe ressaltar que os recursos financeiros realizados na ação 4673 - "Gerenciamento de Projetos Apoiados na Área de Direitos Humanos" estão relacionados à execução de emenda parlamentar proposta pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, destinada a apoiar a implementação do programa "Brasil sem Homofobia". Contudo, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) já possui uma ação com essa finalidade no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, ocorrendo assim um erro de alocação pela emenda parlamentar.

A SEDH, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) realizaram, ainda, uma oficina para a discussão de estratégias de capacitação de agentes públicos em temas transversais, contribuindo assim para o alcance do objetivo do programa. O alcance de outros resultados foi prejudicado pelo contingenciamento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Alterações aprovadas pelo Congresso Nacional em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2005 - Causaram o erro na alocação de uma emenda parlamentar que, pela sua finalidade deveria ter sido executada no programa 0154 - "Direitos Humanos, Direitos de Todos". Contudo, o Gerente executivo do programa participou do grupo encarregado da seleção dos projetos apresentados, que permitiu o apoio a centros de referência para a defesa dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Esta ação executou 96,67% dos recursos previstos.

Contingenciamento/Liberação de Recursos - Os recursos orçamentários liberados para o programa foram insuficientes para a execução do programa. Com exceção da emenda parlamentar que foi alocada erroneamente ao programa, a única ação que recebeu recursos foi a de 8601 - "Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais", representando apenas 2% do previsto. As demais ações foram contingenciadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Boas Práticas - A gerência do programa entende que a realização de Editais de Chamada Pública para a seleção de parceiros executores de projetos constitui um importante avanço na gestão. Além de democratizar o acesso a recursos públicos, estabelece regras claras sobre as intenções do administrador e permite a identificação de novos parceiros.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

OBJETIVO

Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 2.291.898,00

Empenho Liquidado: R\$ 1.004.515,00

Pago estatais:

Total: R\$ 1.004.515,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CÓDIGO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 16,89 em 12/01/2002

Índice previsto ao final do PPA: 50

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A apuração das informações para o cálculo deste índice é de responsabilidade do Ministério das Cidades, mas esta informação ainda não se encontra disponível. Contudo, acredita-se que o Decreto nº 5.296/04 e o Estatuto das Cidades contribuíram para que um maior número de Municípios possua um código de obras contendo os itens de acessibilidade.

2. TAXA DE ÔNIBUS URBANOS ACESSÍVEIS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 2,3 em 31/12/2004

Índice previsto ao final do PPA: 25

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Pesquisa Nacional realizada pelo Ministério das Cidades em 2004 revelou que apenas 2.191 ônibus urbanos (2,3%) dos 95 mil veículos existentes estavam acessíveis. Segundo a mesma pesquisa, existem também veículos alternativos (38

vans adaptadas, 19 micro-ônibus e 9 carros adaptados) que atendem a população. Os dados relativos a 2005 ainda não foram apurados.

3. TAXA DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM SINALIZAÇÃO EM LIBRAS/SUBLELEGENDADOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Apesar de não possuir os dados relativos a esse indicador, percebe-se na programação televisiva a existência de jornais e outras programações com legendas. A norma complementar do Ministério das Comunicações que trata sobre o assunto será publicada em 2006 e, a partir de então, as emissoras terão um prazo para inserir a sinalização em Libras/Sublegendas em sua programação diária.

Além disso, cumpre mencionar a publicação, em 2 de dezembro de 2005, da Instrução Normativa nº 01 da Secretaria Geral da Presidência da República. Esta IN trata do mesmo assunto, mas tem como foco os pronunciamentos oficiais e a publicidade governamental. A partir da publicação da Instrução, todos os pronunciamentos feitos pelo Presidente da República, Ministros e demais autoridades têm que contemplar os recursos de acessibilidade (legenda oculta e janela de Libras), o que tem sido feito. O mesmo vale para a propaganda governamental.

4. TAXA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS GOVERNAMENTAIS ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 0,03 em 14/08/2003

Índice previsto ao final do PPA: 20

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Apesar de o Decreto nº 3.256/04 determinar que 100% dos sítios eletrônicos governamentais teriam que estar acessíveis até 3 de dezembro de 2005, nota-se que essa exigência não foi cumprida. O levantamento dos sítios eletrônicos acessíveis é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que ainda não repassou os dados para que a gerência do programa calcule o índice alcançado pelo indicador.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Nacional de Acessibilidade tem como público-alvo a totalidade da população brasileira e não apenas as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres grávidas, etc., pois qualquer intervenção no espaço físico das cidades, nas edificações, nos transportes, na comunicação e na informação que tenha como referência as normas brasileiras de acessibilidade irá se traduzir numa melhor qualidade de vida para todos. Para as pessoas ditas normais e que estejam na sua plena capacidade física, as melhorias significam, principalmente, mais segurança. Para as pessoas com deficiência, idosos, mulheres grávidas ou para aquelas que tenham algum outro tipo de limitação, essas medidas representam a garantia do

direito de ir e vir, ou a possibilidade de circularem, com segurança e autonomia, pelo espaço urbano.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização do Seminário Internacional "Acessibilidade e Inclusão", com a participação de aproximadamente 350 pessoas.

O Seminário Internacional "Acessibilidade e Inclusão" foi realizado em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Prefeitura de Natal, o Ministério Público do Rio Grande do Norte e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RN), no período de 4 a 6 de outubro de 2005. Este evento foi realizado em paralelo à VIII Conferência da Red Intergovernamental Iberoamericana de Cooperación Técnica para el Desarrollo de Políticas de Atención a Personas con Discapacidad y Adultos Mayores (RIICOTEC). Nele, especialistas das áreas da pessoa com deficiência e idosos debateram sobre a política nacional de acessibilidade em fase de implementação no país após a edição do Decreto nº 5.296/04.

- Realização de visitas aos terminais aeroportuários de Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Brasília, Belém e Salvador. Destes, já foram realizadas obras para melhoria no acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em Fortaleza, Recife e Salvador.

As visitas contaram com a participação de representantes da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), de entidades locais da sociedade civil e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e visaram a diagnosticar os obstáculos e barreiras existentes para o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos aeroportos.

- Participação na elaboração da regulamentação da acessibilidade nas telecomunicações e na radiodifusão, constante do Decreto nº 5.296/04.

As reuniões realizadas com o Ministério das Comunicações (MC) e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) resultaram em várias medidas, dentre as quais se destaca a aprovação da Norma para Certificação e Homologação de Telefone de Uso Público, por meio da Resolução n.º 412, de 9 de agosto de 2005. Esta norma estabelece os requisitos mínimos a serem demonstrados na avaliação da conformidade dos Telefones de Uso Público (TUP), conhecidos popularmente como 'orelhões', tais como 1) comprimento do cordão do monofone igual a 0,80m, o que facilita o uso por usuários de cadeiras de rodas; 2) detalhamento das dimensões do identificador tátil da tecla nº 5 do teclado que possibilite, facilmente, a identificação por pessoas com deficiência visual, de acordo com os padrões internacionais; 3) tecla suplementar destinada a aumentar o volume do sinal recebido da linha telefônica, o que facilita o uso por pessoas com deficiência auditiva; e 4) display que facilite a visualização das informações.

- Capacitação de 1.296 técnicos e agentes sociais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento – No que diz respeito ao programa, muito se tem a investir para que haja a cobertura do público-alvo, ou seja, há necessidade de recursos orçamentários suficientes para realizar as adaptações e a construção de infra-estrutura capaz de assegurar o atendimento adequado à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Houve grande avanço em termos de regulamentações específicas que contribuem para a criação de infra-estrutura que propicia que todos desfrutem dos mesmos direitos (de ir e vir, do acesso a informação e outros), mas faltam recursos que permitam o investimento necessário.

Liberação de Recursos – Em 2005, foram liberados cerca de 50% dos recursos autorizados em Lei. Além disso, estes recursos foram liberados em quotas, prejudicando a realização de um Plano de Ação viável para impulsionar a implantação do Programa Nacional de Acessibilidade. Em relação à ação 0598 - "Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência", executada pelo Ministério das Cidades, houve liberação de apenas 27,39% dos recursos autorizados na Lei Orçamentária.

Recursos Humanos – O programa apresenta carência de recursos humanos, tendo em vista que a mesma equipe é responsável pelo programa 1086 "Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência". A gerência tem apenas 8 servidores e necessita, no âmbito deste programa, de engenheiro civil, arquiteto, estatístico, advogado, sociólogo, administrador, analista de sistemas, programador, técnico em comunicação com conhecimento em web design e pessoal de apoio.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Valor da ação GAP – A ação "Gestão e Administração do Programa (GAP)" representou 33,89% dos empenhos liquidados do programa. Esse montante está relacionado principalmente à realização do Seminário "Acessibilidade e Inclusão". Esse valor também compreende despesas como: edição e publicação de 20.000 exemplares da legislação sobre acessibilidade e a participação em reuniões, seminários, oficinas, audiências públicas, congressos e conferências em todo o território brasileiro, divulgando e esclarecendo sobre a legislação referente ao tema.

Cumprimento de metas físicas – O SIGPlan considera o percentual de execução das metas físicas em relação aos recursos totais autorizados em lei e não aos recursos efetivamente liberados. É o que acontece, por exemplo, com a ação 6263 - "Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade": embora o SIGPlan considere uma execução física de 76,15%, houve uma execução de 120,44% em relação aos recursos liberados, ou seja, uma execução proporcionalmente maior que a prevista. A meta física realizada pela ação "Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência", executada pelo Ministério das Cidades, sofreu a influência do custo dos projetos apoiados que, por apresentar variações, prejudicou o alcance da meta prevista.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBJETIVO

Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 39.569.327,00

Empenho Liquidado: R\$ 18.911.881,00

Pago estatais: -

Total: R\$ 18.911.881,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR

1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 88,3 em 31/12/2005

Índice previsto ao final do PPA: 90

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Embora os principais operadores do Sistema de Garantia dos Direitos sejam os Conselhos Tutelares, os Centros de Defesa, os Órgãos de Segurança Pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, a apuração deste índice tem considerado os dados referentes à implantação dos Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nos Municípios por dois motivos: primeiro, esses Conselhos são considerados como a base do sistema de defesa dos direitos da criança e do adolescente; segundo, há dificuldade de levantamento acerca da implantação das demais instituições.

Em 2005, a existência de 4.873 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente corresponde a uma cobertura de 88,3% dos Municípios e a existência de 4.691 Conselhos Tutelares, sendo que 158 estão implementados apenas nas capitais, proporciona uma cobertura de 83% dos Municípios. Dessa forma, a viabilidade de alcance do índice previsto para esse indicador ao final de 2007 (90%) é alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema de Garantia dos Direitos é composto por uma rede de atenção voltada para a promoção, defesa e controle dos direitos da criança e do adolescente, responsável pela proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa "Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente" tem como objetivo principal o fortalecimento desse Sistema, por meio da articulação, mobilização, qualificação, fortalecimento e reordenamento do sistema de defesa dos direitos e das instituições previstas no ECA. O programa atua por meio do apoio técnico e/ou financeiro, via convênios, ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como ao Poder Judiciário Estadual e à Sociedade Civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio à implementação do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia) em 664 novos Municípios dos estados de Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina e Sergipe.

O apoio à Implantação de Módulos do Sipia foi possível por meio de 13 novas parcerias. Atualmente, 1.407 Conselhos Tutelares estão envolvidos nesta ação. As parcerias realizadas com instituições como Furnas Centrais Elétricas, Banco do Brasil e Petrobrás, entre outras, cooperaram com o investimento na qualificação e suprimento de infra-estrutura de funcionamento dos Conselhos (doação de equipamentos de informática) e no reforço à sensibilização de criação de novos Conselhos. O sistema Sipia possui, atualmente, o registro de aproximadamente 486.515 fatos de violações de direitos de crianças e adolescentes.

- Apoio a projetos que permitirão o atendimento de aproximadamente 9.395 crianças e adolescentes sob medidas de proteção dos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e do Distrito Federal.
- Apoio a projetos voltados ao atendimento jurídico-social de crianças e adolescentes ameaçados de morte, nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que atenderão cerca de 1.500 crianças e adolescentes.
- Apoio a 42 Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que possibilitará o atendimento de aproximadamente 5.237 pessoas, entre crianças, adolescentes e familiares.

Em relação à apuração dos resultados do programa, cabe ressaltar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a Subsecretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) definiram, por meio da Resolução nº 101, de 17 de março de 2005, procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), com o objetivo de democratizar e dar maior oportunidade de participação num processo de seleção de projetos. No âmbito deste programa, a lista, contendo 48

projetos aprovados, foi divulgada no Diário Oficial da União no dia 22 de agosto de 2005. Os projetos foram classificados em três categorias: A1 – Projetos que poderiam ser apoiados imediatamente em razão da disponibilidade dos recursos; A2 – Projetos que seriam apoiados após, e caso ocorresse, o descontingenciamento orçamentário; e B – Projetos que só seriam apoiados caso houvesse crédito suplementar ou arrecadação do FNCA. Contudo, a maior parte dos convênios foi formalizada no final do exercício e os projetos estão na fase inicial de execução.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento – Em 2005, o programa contou com grande contingenciamento de recursos, o que prejudicou a sua execução. As ações 0905 - “Apoio a Organizações de Jovens”, 4966 - “Cadastro Nacional de Crianças Passíveis de Adoção e Famílias Pretendentes”, 1785 - “Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos” e 4641 - “Publicidade de Utilidade Pública” tiveram os recursos integralmente contingenciados. O contingenciamento orçamentário dificulta o planejamento das ações cuja execução é realizada por meio da formalização de convênios. Em cada convênio há um projeto básico e um plano de trabalho que deve ser detalhado, mas como o planejamento da execução submete-se aos limites orçamentários, o contingenciamento acaba prejudicando o apoio integral a alguns projetos.

Atraso na liberação de recursos – Grande parte dos recursos descontingenciados foram liberados na segunda metade do mês de dezembro, prejudicando também o alcance das metas e o cronograma de execução previsto. Dessa forma, vários projetos estão na fase inicial de execução, o que prejudica a apresentação dos resultados alcançados pelo programa no exercício, bem como a análise do desempenho da execução das ações no período.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes - A formalização dos convênios depende de um processo de ajustamento/adequação do projeto básico e do plano de trabalho. Somente após a conclusão dessa etapa é que a gerência do programa analisa as documentações necessárias à sua formalização. Contudo, muitos são os casos em que o proponente não está apto a receber o repasse de recursos federais por inadimplência documental, retardando o repasse de recursos até a sua regularização (nos casos em que a inadimplência possa ser sanada pelo proponente) ou prejudicando todo o tempo e esforços gastos na primeira etapa (nos casos em que o cancelamento do apoio seja inevitável).

Recursos Matérias/Infra-estrutura/Humanos - A falta de materiais, de equipamentos, e principalmente, de recursos humanos prejudicam a execução do programa. A gerência conta atualmente com uma equipe de 6 pessoas para a coordenação e atendimento de todas as demandas dirigidas ao programa.

Satisfação de seus Beneficiários – Como as ações são descentralizadas e executadas por meio da formalização de convênios, cabe a cada parceiro a responsabilidade de avaliar o índice de satisfação de seus beneficiários. Acontece, porém, que nem sempre essa avaliação chega ao conhecimento da gerência do programa e quando chega, por meio dos relatórios técnicos apresentados na prestação de contas, a gerência não tem como comprovar a veracidade das informações.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Monitoramento - As instituições e entidades convenientes, públicas e privadas, elaboram e enviam à gerência do programa relatórios parciais e finais de prestações de contas físico-financeiras. Além disso, a e-quipe técnica do programa realiza visitas *in loco* para acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados. No âmbito do Sipia, existe um portal no qual os convenientes inserem, periodicamente, dados e informações relativos à violação de direitos de crianças e adolescentes. No entanto, esta forma de monitoramento deve ser aprimorada, pois não há uma periodicidade estabelecida e uma padronização para monitorar e avaliar o desempenho físico.

Ações com Recursos Não Orçamentários - A SEDH inaugura uma fase de grandes parcerias com órgãos governamentais e com empresas socialmente responsáveis, a exemplo das estabelecidas com o Banco do Brasil, Furnas Centrais Elétricas S.A., Petrobrás, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), Instituto Telemig Celular, Itaipú, Caixa Econômica Federal (CEF), entre outras, para a implementação de diversas ações que visam a promover e garantir os direitos humanos em nosso país, em especial os direitos da criança e do adolescente. Um bom exemplo é a parceria com a CEF que possibilitou a formalização de 13 convênios com vistas a atualização do Cadastro da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Ressalta-se que a doação ao Fundo Nacional da Criança e do Adolescente garantiu a execução da ação, tendo em vista que os recursos federais foram integralmente contingenciados.

Participação Social - A equipe técnica da SPDCA reúne-se, periodicamente, com os gestores estaduais e municipais e os representantes da sociedade civil para discussão das diretrizes, das estratégias de atuação e das principais demandas locais. Assim, a SPDCA tem hoje um conhecimento amplo das realidades locais, devido ao processo de trabalho que vem implementando junto aos Estados e Municípios e à rede de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, incluindo o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Além disso, todas as ações da área da criança e do adolescente passam necessariamente pelo conhecimento e análise do CONANDA, órgão colegiado, deliberativo e autônomo, composto paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil organizada. O CONANDA é responsável pela formulação, controle e monitoramento da política de atendimento e da gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

RECOMENDAÇÕES

- Padronização do modelo de avaliação de satisfação dos beneficiários a ser utilizado pelas instituições conveniadas.
- Alteração da ação 0904 - "Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas" para "Apoio a Projetos de Prevenção da Violência e de Incentivo à Cultura de Paz". O produto da ação será "projeto apoiado" e a unidade de medida será "unidade".
- Exclusão das ações 0905 - "Apoio a Organizações de Jovens" e 0736 - "Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medida de Proteção".

- Inclusão das ações "Apoio a Estudos e Pesquisas na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente" e "Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente".

1. Taxa de Inclusão Escolar

Unidade de medida: Porcentagem

Último índice apurado em 31/12/2002

Índice previsto ao final de 2005: 35

Viabilidade: Alta

Impacto: Alto

Indicador: 1

Objetivo: 1

Resultado: 1

Observação: 1

Fonte: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Pessoas portadoras de deficiência

Execução do Programa

Autorizado (LOA + Créditos)

PPA de 2004

PPA de 2005

PPA de 2006

PPA de 2007

PPA de 2008

PPA de 2009

PPA de 2010

PPA de 2011

PPA de 2012

PPA de 2013

PPA de 2014

PPA de 2015

PPA de 2016

PPA de 2017

PPA de 2018

PPA de 2019

PPA de 2020

PPA de 2021

PPA de 2022

PPA de 2023

PPA de 2024

PPA de 2025

PPA de 2026

PPA de 2027

PPA de 2028

PPA de 2029

PPA de 2030

PPA de 2031

PPA de 2032

PPA de 2033

PPA de 2034

PPA de 2035

PPA de 2036

PPA de 2037

PPA de 2038

PPA de 2039

PPA de 2040

Indicador

1. Taxa de Estados Brasileiros com Deficiência

Unidade de medida: Porcentagem

Último índice apurado em 31/12/2002

Índice previsto ao final de 2005: 10

Viabilidade: Alta

Impacto: Alto

Indicador: 1

Objetivo: 1

Resultado: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

Observação: 1

Atualização: 1

Responsável: 1

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

OBJETIVO

Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas portadoras de deficiência.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 2.130.358,00
R\$ 2.873.268,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 2.130.358,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR

1. TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 66,6 em 31/12/2005

Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apurado em 2005 considera os Estados que possuem conselhos criados por Lei Estadual: Roraima, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Considerando que o Brasil possui 26 estados mais o DF e que atualmente 17 Estados e o DF apresentam conselhos criados por lei, a perspectiva da gerência continua sendo a de que ao final de 2007 todos os Estados possuam conselhos estaduais criados por Lei. Essa perspectiva baseia-se, principalmente, nas Conferências Estaduais preparatórias à I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Brasília, de 12 a 15 de maio de 2006 e que tem como um dos eixos a questão do controle social.

2. TAXA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 1,57 em 31/12/2004

Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice para o ano de 2005 ainda não foi apurado. A principal dificuldade encontrada decorre da forma como o levantamento é realizado: por meio de contato telefônico junto aos setores estaduais responsáveis pela política da pessoa com deficiência para verificar quais foram os novos Municípios que criaram conselhos, seguido de um segundo contato com tais Municípios para realização do cadastramento junto à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Considerando que a equipe é pequena e se encontra mobilizada para a realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, esse levantamento ainda não foi realizado.

3. TAXA DE INCLUSÃO ESCOLAR

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 14,86 em 31/12/2003

Índice previsto ao final do PPA: 35

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este índice depende de dados coletados no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Contudo, ressalta-se que a disponibilização destes dados para a CORDE ocorre em momento posterior à entrega da avaliação do programa.

4. TAXA DE EFETIVIDADE DA RESERVA DE POSTOS DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não há sistematização e disponibilização das informações necessárias pelas empresas e órgãos públicos responsáveis para que a apuração do indicador seja realizada.

5. TAXA DO CUMPRIMENTO DA LEI DE QUOTAS POR EMPRESAS COM MAIS DE 100 FUNCIONÁRIOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não há sistematização e disponibilização das informações necessárias para a apuração do indicador pelas empresas responsáveis.

6. TAXA DE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não há sistematização e disponibilização das informações necessárias por parte dos órgãos públicos responsáveis para que apuração do indicador seja realizada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa “Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência” trabalha no sentido de intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas integradas junto aos governos de todos os níveis da federação e com a sociedade civil, com a finalidade de assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país. Nesse sentido, são utilizadas as seguintes diretrizes que norteiam as estratégias de ação, entre outras:

- Descentralização – colocar ao alcance dos usuários os recursos e as decisões relativas à sua gestão e assegurar às atividades plena cobertura geográfica, com o envolvimento das administrações locais e organizações comunitárias.
- Integridade – realização de atividades multissetoriais resultantes de um enfoque global da deficiência, que envolve diversas áreas de intervenção social, em função da multiplicidade e da complexidade das questões decorrentes das deficiências.
- Coordenação e planejamento – articulação das diferentes intervenções setoriais e dos diversos recursos disponíveis em processos integrais e coerentes previamente planejados.
- Acompanhamento e Avaliação – identificação das atividades que se revelem mais eficazes em cada situação, corrigindo os desvios que se produzam no cumprimento dos objetivos das políticas integrais e tomando decisões que garantam a destinação adequada dos recursos disponíveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa foi contingenciado, o que prejudicou a sua execução. Além disso, grande parte dos recursos foi liberada apenas na segunda metade do mês de dezembro, prejudicando também o alcance das metas e o cronograma de execução previstos. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos também sofreu, em 2005, um reordenamento institucional, perdendo seus status de Ministério, o que ocasionou impacto na gestão. Tais fatores tiveram como consequência a obtenção de resultados abaixo do esperado. A seguir encontram-se alguns dos resultados alcançados:

- Apoio a 19 projetos que permitiram a capacitação de 9.560 pessoas
- Realização da VIII Conferência da Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica (RIICOTEC), com a participação de representantes de governo de 21 países.

Nesta Conferência, realizada pela primeira vez no Brasil, foram discutidas as políticas públicas voltadas para a integração das pessoas com deficiência. Na ocasião, o Centro Internacional para a Reabilitação (CIR) premiou o Brasil com o “Segundo Prêmio Anual de Reconhecimento”, em consideração aos esforços realizados no País para o desenvolvimento de políticas públicas e promoção da inclusão das pessoas com deficiência.

- Recebimento e encaminhamento para os órgãos competentes de 12 denúncias por semana, em média, relativas à violação de direitos e de preconceito e discriminação.

As denúncias tratam, principalmente, de descumprimento da legislação de concursos públicos, da recusa de matrícula em escolas regulares, além de denúncias contra companhias de transporte e atitudes de discriminação por parte de órgãos de governo federal, estadual e municipal.

Entre os resultados, cabe ressaltar a participação da CORDE: 1) na Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) durante o 5º Período de Sessões do Comitê Especial encarregado de preparar uma convenção internacional, ampla e integral para proteger e promover os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência; 2) no Seminário da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para discussão do Artigo 4º das Normas Uniformes da ONU, que se refere a Reabilitação e Reabilitação baseada na Comunidade, realizado na Argentina; e 3) na realização, em parceria com o IBGE, da "Second Regional Meeting of the Washington Group on Disability Statistics" e da "Fifth Meeting of the Washington Group on Disability Statistics", que teve por finalidade avaliar questões sobre deficiência para a preparação dos censos do Brasil e países envolvidos, entre outros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Execução Orçamentária - Foram liberados para o programa 73,84% dos recursos autorizados em lei, sendo executados 99,99% destes recursos. Percebe-se, no entanto, que a abrangência do contexto a ser trabalhado, as especificidades das várias áreas de deficiência e suas demandas e, ainda, os recursos orçamentários deficitários contribuem para que o resultado das ações realizadas não sejam visíveis a curto prazo.

Liberação de recursos ao longo do exercício - A inexistência de qualquer previsão na liberação de recursos ao longo do ano dificulta uma melhor organização do processo de análise e aprovação dos projetos e a organização da implementação das ações. Dessa forma, a gerência do programa trabalha com a priorização dos projetos mais urgentes, enquanto aguarda a liberação dos recursos para as demais realizações, que em geral acontece no final do ano e prejudica a execução de algumas ações relevantes.

Recursos Humanos - O programa apresenta uma alta carência de recursos humanos, tendo em vista que necessita de uma grande articulação com diversos Ministérios para a obtenção de seus resultados. Além disso, o tema demanda a participação da equipe, que atualmente conta com 8 servidores, em debates em que está inserida a questão da pessoa com deficiência; em análises de pareceres e projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional; em Audiências Públicas; em Comissões para regulamentação de legislações existentes; além de sua atuação junto aos Ministérios Públicos Federal e Estaduais para apuração de denúncias e explicações sobre questões pertinentes, entre outros.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Monitoramento - Os projetos apoiados pelo programa são acompanhados por técnicos responsáveis, inclusive na prestação de contas, havendo acompanhamento

in loco. As capacitações e realizações de eventos são, em sua maioria, acompanhadas por estes técnicos, que são agentes avaliadores do processo. O monitoramento físico-financeiro é feito no setor responsável pelo acompanhamento do Orçamento e PPA, emitindo relatórios quantitativos e qualitativos das ações.

Valor da ação GAP – A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” representou 43,61% dos empenhos liquidados do programa. Este montante está relacionado principalmente à realização da VIII Conferência da RIICOTEC, de 3 a 7 de outubro de 2005. Além disso, esse valor compreende despesas como: participação em reuniões, cursos, seminários, oficinas, conferências, congressos, entre outros.

Participação Social - As ações da CORDE estão relacionadas à Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, introduzida pela Lei nº 7.853/89 e pelo Decreto nº 3.298/99. A programação anual e o acompanhamento da execução das ações do programa são aprovados pelo Conselho Nacional dos Direitos da pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). Dessa forma, a sociedade civil organizada, representada pelos conselheiros não governamentais, é ouvida e aprova a programação e execução das ações prioritizadas.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQUESTRO INTERNACIONAL

OBJETIVO

Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao sequestro internacional de crianças no Brasil.

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças sequestradas para fora do Brasil por um dos genitores.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 397.696,00

Empenho Liquidado:

R\$ 191.826,000

Pago estatais:

-

Total:

R\$ 191.826,00

Previsto não orçamentário

-

Realizado não orçamentário

-

INDICADOR

1. TAXA DE DENÚNCIAS A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS POR NÃO RESIDENTES

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Índice não foi apurado pela dificuldade de obtenção de relatórios com dados sobre a violação de direitos de menores adotados por estrangeiros ocorridos em cada país de destino. Esse tipo de informação, quando disponibilizada, é enviada à Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) pelo Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o informado pelos consulados e embaixadas brasileiras. Dessa forma, dada a abrangência e complexidade, a consolidação de tais informações é praticamente inviável. Na proposta de revisão para 2006 este indicador foi excluído do programa.

2. TAXA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador considera a relação percentual entre o número de crianças e adolescentes brasileiros adotados por não residentes e o total de crianças e adolescentes brasileiros adotados. Em relação ao número de adoções internacionais, a Autoridade Central já dispõe do número de adoções internacionais realizados no país por Estado da Federação, relativos aos anos de 2003 e 2004 e está iniciando o processo de compilação dos dados relativos a 2005. A partir da Resolução 08/2004, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção, constituídas nos Tribunais de Justiça Estaduais, enviarão à Autoridade Central relação anual de adotantes até o mês de abril de cada ano. A compilação da primeira estatística sobre adoção internacional no Brasil pela Autoridade Central revelou a ocorrência de 396 adoções internacionais em 2003 e 482 em 2004.

Entretanto, para a apuração do índice são necessários os dados estatísticos, por Estado, das adoções nacionais realizadas a cada ano. Entretanto, estes dados ainda não são disponibilizados pelo Poder Judiciário. Estuda-se a possibilidade de obtenção dessas informações junto aos Tribunais de Justiça.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa "Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional" trabalha no acompanhamento e na viabilização dos procedimentos que envolvem os processos de adoção internacional e sequestro internacional. Os mecanismos previstos para a execução do programa envolvem: a) desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específico; b) apoio de funcionamento às Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados Federados e do Distrito Federal e ao Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras; c) viabilização dos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos com todas as Autoridades Centrais dos Estados contratantes da Convenção de Haia e com os organismos internacionais afetos à matéria de adoção e sequestro; e d) produção e publicação de material específico

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados do programa ficaram dentro do esperado, tendo em vista:

- Atuação no encerramento de 43 casos de sequestro de menores, incluindo o retorno de 14 menores aos seus respectivos países e a mediação da Autoridade Central em 7 casos;
- Em relação ao sequestro internacional, houve um avanço no tratamento do tema com a ampliação do trabalho de cooperação com autoridades centrais estrangeiras.
- Aprovação do Decreto nº 5.971, de 18 de julho de 2005, que estabelece maiores garantias para a adoção internacional de crianças brasileiras, incluindo a questão da concessão da cidadania estrangeira, que deverá ser exigência obrigatória para a atuação de organismos estrangeiros de adoção internacional no Brasil;
- Participação e aprovação na reunião de revisão da Convenção de Haia de 1993 sobre adoção internacional, ocorrida em setembro de 2005, na Holanda, de Resolução apresentada em conjunto pelo Brasil e países da América do Sul sobre concessão automática da cidadania do país de destino ao menor

adotado. O Brasil foi eleito para a Vice-presidência da Comissão;

- Aprovação, em Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, em junho de 2005 da resolução 08/2004 sobre uniformização de procedimentos em adoção internacional.
- Entre os procedimentos aprovados destaca-se a ordem de preferência para o processamento do pedido de adoção: a) Adoção Nacional; b) Adoção Internacional de países ratificantes da “Convenção de Haia Relativa a Proteção das Crianças e da Cooperação em Adoção Internacional”; e c) Adoção internacional de países não ratificantes da referida Convenção.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Contingenciamento/Liberação de Recursos – Os recursos orçamentários liberados para o programa foram insuficientes para a ação de “Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Seqüestro Internacional de Crianças e Adolescentes” o que levou à redução do número previsto de técnicos a serem capacitados no seminário realizado em 2005. Além disso, o contingenciamento não permitiu a realização do seminário sobre o tema “Seqüestro Internacional de Crianças e Adolescentes” para juízes federais. Em relação ao fluxo dos recursos, a expectativa de sua liberação ao longo do ano não se concretizou. Assim, as ações foram redimensionadas, prejudicando a execução do programa. Restrições como estas afetam a possibilidade de obtenção de parcerias ou acordos de cooperação para a realização de ações.

Recursos Materiais/Humanos – Os recursos materiais e humanos na equipe gerencial são insuficientes. A inexistência de técnicos em apoio administrativo sobrecarrega os servidores existentes. No tema seqüestro internacional, a parceria com a AGU é prioritária. Nesse sentido, há carência de um maior número de advogados da União atuando no tema de forma a possibilitar maior celeridade no ajuizamento de ações na justiça federal e melhor acompanhamento dos casos de seqüestro que tramitam nos Estados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Valor da ação GAP – A ação “Gestão e Administração do Programa (GAP)” representou 32% dos empenhos liquidados do programa; este montante está relacionado principalmente à realização da reunião anual do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, que representa atribuição permanente da Autoridade Central Administrativa Federal. Além disso, esse valor compreende despesas como: passagens, diárias e a participação de dois representantes da Secretaria de Direitos Humanos na reunião de revisão da Convenção de Haia, ocorrida de 17 a 23 de setembro de 2005, na cidade de Haia, Holanda.

Boas Práticas – Foi desenvolvido um sistema padronizado de recebimento, análise e processamento dos casos de seqüestro e adoção que permite o trâmite rápido dos casos. Casos de seqüestro de menores levados para outros países podem ser analisados e encaminhados para autoridades centrais estrangeiras em até 48 horas. Foram criados controles de casos de adoção e seqüestro, mediante tabelas de acompanhamento que permitem visualizar o andamento dos casos sem consulta aos processos e estabelecidos mecanismos mais rápidos de comunicação com autoridades centrais estrangeiras. Formulários de casos de seqüestro são enviados

a requerentes pela Internet e a legalização de documentos foi dispensada entre autoridades centrais, desde que possuam carimbo do respectivo órgão.

RECOMENDAÇÕES

- Rever meta física da ação “Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Seqüestro Internacional de Crianças e Adolescentes”, em função das execuções físicas alcançadas em 2004 e 2005.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Valor da ação GAP – A ação “Cessão e Administração do Programa GAP” representou 52,1% dos recursos financeiros do programa, sendo, portanto, o maior valor relacionado principalmente à realização da reunião anual do Conselho das Autoridades Centrais. Entretanto, esse representa também o maior valor relacionado à realização da reunião anual do Conselho das Autoridades Centrais, sendo, portanto, o maior valor relacionado à realização da reunião anual do Conselho das Autoridades Centrais.

Formação – Os dados apresentados no relatório anual do Conselho das Autoridades Centrais, referentes à formação dos técnicos, mostram que a maioria dos cursos realizados em 2004 e 2005 foram cursos de formação de técnicos em processos de adoção e seqüestro internacional de crianças e adolescentes. Esses cursos foram realizados em parceria com o Conselho das Autoridades Centrais e o Conselho das Autoridades Centrais, sendo, portanto, o maior valor relacionado à realização da reunião anual do Conselho das Autoridades Centrais.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados R\$ 14,8 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 20.223.844,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 14.830.306,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 20.223.844,00	Total realizado:	R\$ 14.830.306,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 500 mil inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 184 mil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR), que mobilizou aproximadamente 100 mil pessoas nos diferentes Estados da Federação e no Distrito Federal. O resultado foi a orientação geral para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, legitimado pelo controle social e pela legitimidade democrática.
- “Política para remanescentes de quilombos”: a superação da meta fixada em 2005 para o programa “Luz Para Todos”, do Ministério das Minas e Energia (MME), que previa o atendimento a 151 comunidades quilombolas, sendo que o programa atendeu 25 comunidades a mais, perfazendo o total de 176 comunidades, beneficiando diretamente 5.476 famílias; destaca-se ainda a entrega de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias nas comunidades do Território Kalunga, em Goiás, números que se somam às 325 residências e 1 mil unidades sanitárias em construção sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde (MS).
- “Desenvolvimento, trabalho e geração de renda”: qualificação de 4.035 negros, por meio dos Consórcios Sociais da Juventude, representando aproximadamente um quarto do total de jovens atendidos. Os jovens têm aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo e apoio à elevação da escolaridade, além de freqüentarem uma oficina de capacitação profissional. Têm direito ao recebimento de uma bolsa de R\$ 150 por mês e, em contrapartida, prestam serviços comunitários. São fixadas, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, metas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, ao fim do curso.

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- “Educação e cidadania”: o programa “Universidade para Todos (PROUNI)” beneficiou diretamente 38.413 negros no universo de 112.275 mil alunos atendidos, perfazendo um total aproximado de 30%, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior.
- “Saúde e qualidade de vida”: lançamento do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias e o acréscimo de 50% nos recursos do Programa de Saúde Família para Municípios com comunidades quilombolas em suas circunscrições.
- “Segurança pública e ordenamento jurídico”: conclusão da primeira fase do Projeto Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial, cujo objetivo é a revisão geral do ordenamento jurídico para igualdade racial, destacando as fragilidades do sistema que permitem a aplicação discriminatória da lei pelos operadores de direito.
- “Políticas de relações internacionais”: criação do Grupo Especial da Organização dos Estados Americanos para a Elaboração do Projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação, liderado pelo Brasil em reconhecimento ao esforço do Estado brasileiro em pautar o tema naquela Organização.

ASPECTOS RELEVANTES

As contribuições da sociedade civil organizada foram de grande importância para o avanço da questão da promoção da igualdade racial, o que ficou demonstrado na maciça participação da sociedade na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iniciou o processo de construção do Plano Nacional de Igualdade Racial. Outros exemplos de grande participação social referem-se à questão de cotas nas universidades, ao Estatuto da Igualdade Racial em apreciação no Congresso Nacional, à saúde da população negra e ao emprego das domésticas, entre outros.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEPPIR para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Baixa institucionalização da política de promoção da igualdade racial – A principal dificuldade é a ausência de mecanismos institucionais permanentes para o desenvolvimento da política. Também é importante ressaltar que a ausência de indicadores gerais de mensuração da desigualdade racial e da exclusão da população negra e indígena também contribui para uma baixa institucionalização da política. A inclusão social e a sustentabilidade das políticas necessitam de aferição, com base em indicadores sólidos, a fim de corrigir eventuais distorções. Destaca-se ainda que não existem metas definidas para as políticas de ações afirmativas, embora sejam essencialmente temporárias, ligadas às metas a serem atingidas.

Falta de conhecimento da questão racial – Dificuldade persistente em função da falta de compreensão quanto ao significado das políticas de ações afirmativas pelos gestores nos diferentes níveis da Administração. O questionamento, muitas vezes, ainda se encontra no nível primário quanto à constitucionalidade ou não de tais medidas, mesmo sabendo-se que o Brasil reconheceu há quatro décadas a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas, cujo texto é inequívoco quanto à validade

das ações afirmativas como alternativas reparatórias e inclusivas dos segmentos historicamente prejudicados.

Insuficiência dos recursos materiais e inadequação da infra-estrutura – As instalações são insuficientes para a devida acomodação das equipes gerencial e executora do programa. Além disso, faltam mesas, arquivos, linhas de telefone e computadores e é preciso renovar alguns já bastante obsoletos.

Inadequação da quantidade e da qualificação dos recursos humanos – A estrutura de pessoal da SEPPIR ainda não está consolidada. É necessário, também, o desenvolvimento de competência, na área de atuação da SEPPIR, nos quadros da Administração Federal, pois faltam servidores qualificados e de carreira nas equipes executoras dos programas. Mais de 80% do quadro são compostos por consultores, que não apresentam o vínculo necessário com a Administração Pública e concentram muitas informações, prejudicando a continuidade dos trabalhos.

RECOMENDAÇÃO

- Aperfeiçoar a articulação da gerência do programa “Brasil Quilombola” com a coordenação das ações sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde, a fim de melhorar o monitoramento, a gestão e os resultados do programa.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Avaliação dos
Programas

BRASIL: OUTOGUOLA



Avaliação dos Programas

BRASIL QUILOMBOLA

OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social, bem como a propriedade de suas terras.

PÚBLICO-ALVO

População de terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 28.619.104,00

Empenho Liquidado: R\$ 9.852.141,00

Pago estatais: -

Total: R\$ 9.852.141,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 76 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 6,7

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apurado em 2005 atingiu a marca de 76%. A meta, de 6,7% para o final do PPA, foi estimada de forma equivocada, pois na época da elaboração do programa não havia um levantamento adequado de comunidades existentes e, portanto, um planejamento compatível com o problema existente na sociedade. Dessa forma, o indicador tem de ser revisto urgentemente e deve ser atualizado com frequência, uma vez que o número de comunidades quilombolas identificadas amplia-se com o passar do tempo. Atualmente, 2.454 comunidades já foram identificadas no país, de modo que 1.863 foram alvo de algum tipo de ação do PBQ ou de ações pertencentes a outros programas, mas que são prioritárias para a SEPPIR. Este indicador reflete apenas o efeito de algumas ações do programa como: "Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos", "Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas" e "Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos". Assim, outros indicadores devem ser criados, uma vez que o índice apurado, em 2005, para o único indicador existente não revela adequadamente a abrangência e o escopo do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombos, por sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem uma atenção especial por parte do poder público, pois representam setores esquecidos e marginalizados pelo processo de desenvolvimento que o país vem experimentando nas últimas décadas. Várias comunidades ainda se encontram em situação idêntica à de um século atrás: estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico e das condições elementares de uma vida digna. Essas condições inscrevem as comunidades quilombolas no rol das populações mais carentes e necessitadas de urgentes medidas para a promoção de sua inclusão social, já que são carentes de políticas públicas que as respeitem e façam valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social, voltadas para os remanescentes de quilombos, devem consistir em ações que os preparem para uma condição econômica e social nova e auto-sustentável, para que essas comunidades possam caminhar por suas próprias forças, na medida de suas condições e potencialidades, a fim de garantir um novo espaço na sociedade brasileira. O programa Brasil Quilombola objetiva, portanto, reverter esse quadro e representa a primeira inclusão de políticas públicas específicas para comunidades quilombolas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regularização Fundiária de 2 comunidades quilombolas: Conceição do Macacoari, no Município de Macapá, no Amapá (AP), beneficiando 61 famílias e Olho d'Água dos Pires, no Município de Esperantina, no Piauí (PI), beneficiando 50 famílias. O processo de outras quatro comunidades, no Maranhão, encontra-se em fase final e a decisão foi publicada no Diário Oficial da União, em janeiro de 2006: Olho d'Água do Raposo, no Município de Caxias, beneficiando 58 famílias; Altamira, no Município de Pinheiro, em benefício de 60 famílias; São Sebastião dos Pretos, no Município de Bacabal, beneficiando 68 famílias; e Jamary dos Pretos, no Município de Turiaçu, beneficiando 157 famílias;
- Realização da oficina "Quilombos urbanos: políticas de inclusão social em territórios negros das cidades brasileiras", com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre quilombos urbanos e definir procedimentos que devem ser adotados pelos órgãos responsáveis, para assegurar às comunidades o desenvolvimento e a justiça social. A oficina contou com a participação de 150 gestores públicos municipais, estaduais e federais, além de representantes da sociedade civil, principalmente quilombolas;
- Aprovação do projeto "Circuito dos Terreiros", no bairro Engenho Velho da Federação, em Salvador, o qual destina recursos para melhorar a mobilidade de 13 comunidades de terreiros, por meio de reformas na malha urbana, tais como calçamento e arborização das vias públicas;
- Entrega de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias nas comunidades do Território Kalunga, em Goiás (GO), além do início das obras de construção de 325 residências e 1 mil unidades sanitárias; entrega de 85 unidades habitacionais em 3 comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), viabilizadas com recursos do Programa de Subsídio à Habitação (PSH); e início das obras de construção de 257 unidades habitacionais nas comunidades de Alcântara, com recursos do PSH;
- Conclusão de projetos de instalação de energia em 176 comunidades,

beneficiando 5.476 famílias, sendo que mais 79 comunidades já iniciaram seus projetos, ao fim dos quais 688 famílias contarão com energia elétrica em suas residências;

- Lançamento de edital para outorga de cinco sinais de rádio, sendo quatro nas comunidades do território Kalunga e uma na comunidade de terreiro no Município de Guaíba (RS);
- Instalação de Telecentros, por meio do Programa Fome Zero- Inclusão Digital, do Banco do Brasil, contemplando cinco comunidades quilombolas e uma associação religiosa e cultural de matriz africana;
- Aumento do valor do repasse para a merenda escolar em 111 Municípios, nas escolas que possuam alunos quilombolas (de R\$ 0,18 para R\$ 0,34 por aluno quilombola), por meio do Programa Nacional de Alimentação Quilombola (Pnaq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Celebração de 41 convênios (7 na Bahia, 1 no Ceará, 1 no Distrito Federal, 3 em Goiás, 9 no Maranhão, 3 em Minas Gerais, 3 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso, 5 no Pará, 2 na Paraíba, 3 em Pernambuco, 1 no Rio de Janeiro e 2 no Rio Grande do Sul), para a construção de escolas e o recebimento de equipamentos em 23 Municípios e capacitação de professores e recebimento de material didático em 35 Municípios. Em 2005, foi entregue uma escola com capacidade para atender a 120 crianças na comunidade Kalunga, no Município de Cavalcante, em Goiás (GO);
- Aumento em 50% do repasse do Programa Saúde da Família, por equipe trabalhando em comunidades quilombolas, para 55 Municípios. Vale salientar que o mesmo aconteceu com o número de Municípios que acessam os recursos do Programa Saúde Bucal;
- Realização de obra de abastecimento de água em 35 comunidades quilombolas e de melhorias sanitárias domiciliares em 15 comunidades. Além disso, já foram iniciadas obras de abastecimento de água em mais 84 comunidades e obras de melhorias sanitárias em outras 44 comunidades;
- Apoio a 10 projetos de geração de renda em comunidades quilombolas, por meio da montagem de estruturas produtivas, com recursos da Petrobrás (R\$ 4 milhões) no Programa Fome Zero. A ação envolve mais de 1.850 famílias de sete Estados brasileiros. Os projetos para as comunidades de Mocambo (SE), Campinho da Independência (RJ), Ivaporanduva (SP), Barra do Brumado, Riacho das Pedras e Bananal (BA), Tapuio e Sumidouro (PI) já se encontram em fase de implementação;
- Capacitação e assistência técnica de 31 comunidades em 11 Municípios de 6 Estados (PA, MA, SP, GO, RJ, MG);
- Apoio à comercialização dos produtos fabricados pelos remanescentes de quilombos em 10 comunidades, de 9 Estados brasileiros, por meio do acompanhamento e da orientação de projetos para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Realização de 18 convênios com associações da sociedade civil, nos Estados de RS, RO, PI, PE, PA, MG, MA, GO, DF e BA, para fomentar o desenvolvimento sustentável de quase 300 comunidades quilombolas;
- Ampliação significativa do cadastramento de comunidades quilombolas no Programa Bolsa Família, que inicialmente eram 194, somando-se a elas 156 comunidades do Município de Alcântara e 650 famílias do Vale do Gorutuba, em Minas Gerais. Da mesma forma, já foi iniciado o processo de cadastramento de outras 365 comunidades quilombolas no país, em

7 Estados (PA, MA, BA, MG, GO, RS e SC), atingindo 31.457 famílias e 160.451 pessoas;

- Distribuição de alimentos para 24.909 famílias de comunidades remanescentes de quilombos e 15.850 famílias de comunidades de terreiros;
- Realização do “I Mutirão do Documento na Comunidade André Lopes”, beneficiando as comunidades quilombolas dos Municípios de Iporanga e Eldorado, no Vale do Ribeira, em São Paulo, com 80 atendimentos; na região de Oriximiná, no Pará, o mutirão realizou cerca de 1,8 mil atendimentos para as comunidades quilombolas desse território; implantação do Balcão de Direitos no Estado da Paraíba, que atende a Capital e as comunidades rurais do interior, inclusive comunidades quilombolas, aldeias indígenas, comunidades de pescadores e população ribeirinha, e na comunidade quilombola de Gorutuba, no norte de Minas Gerais, cujo foco é o atendimento e a mediação dos conflitos, com previsão de duração de um ano;
- Emissão de documentos para mais de 14.000 trabalhadoras de 64 comunidades, em 9 Estados brasileiros, por meio do Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Capacitação de 2.694 agentes representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos, com o intuito de dotá-los de instrumentos adequados para acompanhar e cobrar ações dos entes públicos e das organizações não-governamentais, por meio de 3 convênios com associações da sociedade civil, distribuídas nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco e no Distrito Federal.
- Realização do “1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Local e Inclusão Social”, com a capacitação de 150 quilombolas de 23 Estados inseridos em ações afins à temática do evento, tais como economia solidária, elaboração de projetos, acesso a políticas públicas, entre outras questões relevantes. A partir dessa capacitação, espera-se que os representantes quilombolas obtenham uma visão geral das políticas do governo federal e monitorem tais políticas a partir de suas comunidades;
- Constituição de Comitês Estaduais do Programa Brasil Quilombola nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá, com a participação de órgãos dos governos federal e estaduais e de prefeituras municipais. O objetivo é garantir o controle social sobre a política e o investimento dos recursos do programa;
- Organização de Coordenações Estaduais Quilombolas no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, São Paulo e Sergipe; e
- Assinatura de um Acordo de Cooperação por todos os componentes do Grupo Executivo Interministerial (GEI do PBQ), para lançamento das ações que estão sendo implementadas em Alcântara, no Maranhão, com prioridade para o processo de regularização que garantirá terra para 150 comunidades daquele Município; o GEI já se extinguiu e as ações encontram-se em curso, por meio de um Comitê Executivo Nacional, nas áreas de infra-estrutura, desenvolvimento econômico, políticas sociais, direitos humanos, moradia e meio ambiente, além da própria regularização fundiária, envolvendo 17 órgãos federais e compondo um orçamento de R\$ 27 milhões.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Mecanismos de monitoramento – As principais dificuldades de monitoramento

do programa foram: a grande concentração de informações pelos consultores contratados que, muitas vezes, negam-se a prestá-las com clareza, rapidez e exatidão; a falta de um banco de dados sistematizado; o baixo comprometimento do Ministério da Educação, que dificilmente informa sobre as ações de sua responsabilidade nas comunidades quilombolas. Em 2006, será implantado o SISPLAM, um sistema de monitoramento das ações da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Contingenciamento orçamentário – A não liberação integral do limite orçamentário, a exemplo do que ocorreu no exercício anterior, tem atrasado a consecução do planejamento da Secretaria como um todo.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes – A celebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

Insuficiência dos recursos materiais e inadequação da infra-estrutura – As equipes gerencial e executora do Programa são afetadas pelos seguintes problemas: falta de espaço físico, mau aproveitamento do espaço atual; falta de mesas, arquivos, linhas de telefone e computadores, dos quais 40% não funcionam direito.

Inadequação da quantidade e da qualificação dos recursos humanos – Faltam servidores qualificados e de carreira na equipe executora. Mais de 80% do quadro são compostos por consultores, que não apresentam o vínculo necessário com a Administração Pública e concentram muitas informações, prejudicando a continuidade dos trabalhos. Nem todos os servidores são devidamente qualificados para a temática: há apenas 1 Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, responsável por todo o monitoramento e pela elaboração de todos os relatórios do PBQ. Os outros servidores têm formação variada e apenas 2 deles são antropólogos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Articulação com órgãos governamentais – A parceria com a Subsecretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM), no que diz respeito ao monitoramento e à avaliação do programa, aponta constantemente para melhorias na articulação com os Ministérios da Educação e da Saúde. A pactuação e o monitoramento das ações, sob a responsabilidade desses órgãos, tem sido prejudicada em função da baixa articulação entre eles. A avaliação também aponta para a necessidade de concentrar esforços nas ações de regularização fundiária, pois os resultados alcançados em 2005 ficaram muito abaixo do esperado.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir os indicadores “Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos” e “Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas” e alterar o indicador existente para “Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável”, pois ele não revela com transparência a abrangência do programa. É necessário também evidenciar as melhorias das condições de vida nas comunidades a partir da entrega de benefícios;

- Alterar o objetivo do programa para "Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhe são destinadas"; e
- Aperfeiçoar a articulação da gerência do programa Brasil Quilombola com a coordenação das ações sob a responsabilidade dos Ministérios da Educação e da Saúde, a fim de melhorar o monitoramento, a gestão e os resultados do programa.

GESTÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área de promoção da igualdade racial.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)

R\$ 13.597.503,00

Empenho Liquidado: R\$ 10.158.092,00

Pago estatais: -

Total: R\$ 10.158.092,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os brasileiros afro-descendentes correspondem a 45% dos habitantes do Brasil, segundo dados do Censo de 2000. O quadro de desigualdades raciais predominante no país é bastante assustador, revelando o drama da marginalização econômica e da injustiça social que afeta os afro-descendentes. No Brasil, a pobreza tem cor, e essa cor é negra. Com efeito, em 2001, segundo estudos promovidos pelo IPEA, 47% da população negra era pobre; esse percentual caía para menos da metade (22%), quando se tratava da população branca. Além disso, observa-se que os afro-brasileiros têm mais chances de ficar desempregados e, no geral, costumam ganhar o equivalente à metade dos rendimentos obtidos pelos brancos. Outrossim, a maior parte trabalha no setor informal, isto é, não têm assegurados seus direitos trabalhistas. Em média, os jovens e adultos negros têm dois anos a menos de estudo do que os jovens e adultos brancos.

Essas desigualdades são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Nesse sentido, o programa "Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial" busca coordenar a formulação e o planejamento de políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial e ao combate da discriminação, fundamentadas no princípio da transversalidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, precedida por etapas preparatórias nas 27 Unidades da Federação. Este processo mobilizou cerca de 90 mil pessoas e reuniu, em Brasília, aproximadamente 2.500 delegados e observadores. O Relatório Final da Conferência embasou a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de apresentar o documento-base para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser lançado em 2006;
- Qualificação de 4.035 negros, por meio dos Consórcios Sociais da Juventude, representando 50,24% dos beneficiados;
- Atendimento de 88 mil negros e indígenas pelo Plano Nacional de Qualificação, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- Capacitação de gestores públicos por meio do programa “Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE)”, nas localidades do ABC Paulista, em São Paulo, na Meso-Região do Vale do Jequitinhonha e em Salvador, além de gestores dos Ministérios da Previdência Social, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Secretaria Especial de Direitos Humanos;
- Instituição da Campanha da Diversidade, com o objetivo de sensibilizar as empresas privadas a respeito do tema;
- Inserção da atenção à saúde da população negra no Plano Nacional de Saúde;
- Inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;
- Lançamento do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias;
- Criação do Comitê Técnico da Saúde da População Negra no Ministério da Saúde;
- Inserção da ação “Atenção à Saúde da População Negra” no Plano Plurianual (PPA), sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, com recursos da ordem de R\$ 2 milhões no orçamento de 2006, para a criação dos Comitês Técnicos Estaduais;
- Lançamento do Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS;
- Lançamento de uma campanha nacional de luta contra a Aids, focada no combate ao racismo;
- Concessão de bolsas de Iniciação Científica para pesquisas sobre Aids e Saúde da População Negra a estudantes cotistas negros em 11 universidades públicas, por meio do Projeto Afroatitude;
- Implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, beneficiando cerca de 112.275 alunos, dos quais 38.413 são negros, no ano de 2005;
- Processo de capacitação e distribuição de “kits” educativos em 2.000 escolas de 6 Estados, por meio do projeto A Cor da Cultura, ao custo de R\$ 5,6 milhões, em parceria com a Petrobrás, o Canal Futura, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan) e a Rede Globo;
- Encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 73/1999, que estabelece reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades públicas;

- Implementação de programas de ações afirmativas, adotando cotas para negros e indígenas em 8 universidades federais;
- Mudança de critérios do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) – acréscimo de 20% no índice de classificação para candidatos negros, estimulando o acesso de cerca de 36 mil afro-descendentes a cursos superiores não gratuitos, por meio de concessão de crédito educativo;
- Desenvolvimento de projetos para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade de inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da rede de ensino, por instituições públicas de ensino superior, por meio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neafros), com aporte de R\$ 2,5 milhões;
- Censo Escolar “Mostre sua Raça, Declare sua Cor”, realizado pela primeira vez com recorte racial, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), em março de 2005;
- Revisão do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborada com a participação de um grupo de educadores negros especializados na temática racial e que têm representação política e acadêmica em universidades, ONGs e instituições sociais de todo o país;
- Produção de cinco séries de audiovisuais, com 56 programas/ano exibidos pela Rede Globo e pelo Canal Futura, por meio do Projeto A Cor da Cultura;
- Inserção das representações das religiões de matriz africana na Comissão Permanente de Segurança Nutricional e Alimentar da população negra do CONSEA;
- 15.850 famílias de comunidades de terreiro beneficiadas pela entrega de alimentos;
- Criação do Fórum de Comunicadores Negros, envolvendo cerca de 30 profissionais de veículos impressos, rádio, TV e internet; e
- Implementação do Plano Setorial de Qualificação - Trabalho Doméstico Cidadão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Parcerias – Os parceiros não-governamentais, em virtude da capilaridade de sua ramificação no País, são muito importantes na implementação de políticas e conscientização da população acerca da questão da desigualdade racial. As parcerias foram realizadas mediante a celebração de diversos convênios e o apoio de entidades e empresas a projetos, principalmente nas áreas de emprego, educação, cultura, comunicação social e informação.

Participação Social – As contribuições da sociedade civil organizada foram de grande importância para o avanço da promoção da igualdade racial, o que ficou demonstrado na maciça participação da sociedade na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iniciou o processo de construção do Plano Nacional de Igualdade Racial. Outros exemplos de grande participação social referem-se à questão de cotas nas universidades, ao Estatuto da Igualdade Racial em apreciação no Congresso Nacional, à melhoria da saúde da população negra, ao maior número de empregos dado a domésticas negras, entre outros.

RECOMENDAÇÕES

- Incluir a ação não-orçamentária “Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, com a finalidade de monitorar a implementação das ações e o cumprimento das metas pactuadas com outros órgãos governamentais, no âmbito do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), elaborado a partir das diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com foco nas seguintes áreas: saúde; educação; crescimento econômico, PIB e exportação; assistência social e transferência de renda; habitabilidade; promoção da igualdade racial – democracia e cidadania; sistema de gestão do PNPIR; comunidades remanescentes de quilombo; povos indígenas; e população cigana.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados R\$ 19,2 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 24.554.087,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 19.225.875,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 24.554.087,00	Total realizado:	R\$ 19.225.875,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 1,4 milhão inscrito em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 994,7 mil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A atuação está centrada na implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que engloba duas dimensões: a primeira visa a articular e monitorar a implementação das 199 ações do PNPM, objetivando a transversalidade dos programas e ações; a segunda implica num processo político de pactuação, que já foi efetuada com 4 governos estaduais e 96 prefeituras municipais desde março de 2005, abrangendo as cinco regiões brasileiras. O conjunto dessas duas dimensões tem em vista a consecução dos objetivos expressos nos cinco eixos temáticos do referido Plano, que emanaram da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres:
 - a. Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania.
 - b. Educação inclusiva e não sexista.
 - c. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.
 - d. Enfrentamento à violência contra as mulheres.
 - e. Gestão e monitoramento do Plano.
- No que diz respeito ao enfrentamento da violência contra as mulheres, os esforços se dirigiram para a implantação, a manutenção e/ou o reaparelhamento de 46 Centros de Referência, 7 Defensorias públicas especializadas e 4 Casas Abrigo, por meio de projetos apresentados por instituições públicas e privadas, com destaque para o lançamento da Central de Atendimento à Mulher - LIGUE 180. Além disso, foram capacitados 4,1 mil profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- Na área do trabalho, houve a capacitação de mais de 2 mil mulheres para os setores produtivos em todas regiões do país, de modo a incentivar a

sua autonomia econômica. Destaca-se ainda a cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Banco do Nordeste, destinada à promoção de ações de documentação civil para mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo de ampliar o acesso desse segmento ao crédito rural. Foi lançado também o programa Pró-Equidade de Gênero, que tem por objetivo distinguir com o Selo Pró-Equidade de Gênero as empresas que adotam práticas de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Em 2005, o programa recebeu a adesão de 13 grandes empresas dos setores financeiro, da energia elétrica, do petróleo.

- Elaboração por uma Comissão Tripartite composta por representantes dos poderes executivo e legislativo e da sociedade civil e encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, de proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez.
- Expansão e fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Em 2003, havia somente 13 organismos dos executivos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. Já em dezembro de 2005, o número desses mecanismos aumentou para 104. Para isso, tem sido estimulada e apoiada a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do(a) governador(a) ou prefeito(a).

ASPECTOS RELEVANTES

A maior parte das ações executadas por meio da celebração de convênios têm seu desempenho físico monitorado por visitas in loco de representantes da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Em 2005, foi instituída uma sistemática de acompanhamento dos projetos apoiados, que prevê critérios de seleção e questões a serem avaliadas. Esta sistemática ainda está em aprimoramento, mas constitui uma primeira iniciativa de monitoramento e fiscalização da execução dos convênios firmados.

Cabe destacar a parceria do programa com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, a qual está possibilitando a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre 2003 e 2005, foram criadas 15 novas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) e 4 setores de atendimento especializados em delegacias comuns, serviços subordinados aos sistemas de segurança pública estaduais, nos Estados da BA, do PR, do RS, de GO, do TO e do MS.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SPM para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que a maioria delas é realizada por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta a tempo de habilitar-se para a celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, do monitoramento e da avaliação da execução, deve realizar a mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor o seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que ainda não foram atendidas.

Falta de uma cultura de planejamento pautado pela dimensão de gênero – Permanece a pouca sensibilidade dos gestores públicos com relação à perspectiva de gênero no planejamento e implementação das políticas públicas. Deve-se considerar, também, o fato de a SPM ser um órgão novo, com uma estrutura pequena. Outro ponto relevante é a insuficiência de recursos orçamentários para a implementação de ações demonstrativas visando a sensibilizar os diferentes setores da administração pública.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração da participação das mulheres no microcrédito concedido por instituições parceiras, a fim de viabilizar a apuração do indicador existente no programa “Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho”.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Avaliação dos
Programas

QUESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Avaliação dos Programas

GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área de igualdade de gênero.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)
R\$ 5.155.209,00

Empenho Liquidado:	R\$ 3.275.272,00
Pago estatais:	-
Total:	R\$ 3.275.272,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo "Gestão de Políticas Públicas".

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa "Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas" destina-se a subsidiar a atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no que se refere às suas competências, como: assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção da igualdade; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação. Nesse sentido, destacam-se o incentivo à implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004, e o monitoramento de suas ações nos diversos órgãos governamentais, bem como o apoio a organismos de promoção dos direitos da mulher, o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro e a promoção de eventos relacionados com políticas para as mulheres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em dezembro de 2004. Ao longo de todo o ano de 2005, com vistas a incentivar a implementação do Plano, bem como realizar o monitoramento de suas ações, a SPM coordenou o trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, o qual é integrado por representantes de onze ministérios e secretarias, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e da SPM. O Comitê definiu os parâmetros de monitoramento e avaliação do PNPM e levantou as principais realizações do Plano em 2005, que compõem o primeiro Relatório Anual.
- Pactuação do PNPM com 4 governos estaduais e 96 prefeituras municipais de 16 Estados, abrangendo as cinco grandes regiões brasileiras. Este processo foi iniciado em março de 2005 e consiste na assinatura de um compromisso entre os governos estaduais e municipais e a SPM.
- Expansão e fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Em 2003, haviam somente 13 organismos de políticas para as mulheres nos executivos estaduais e municipais. Já em dezembro de 2005, o número desses mecanismos aumentou para 104. Para isso, tem sido estimulada e apoiada a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do(a) governador(a) ou prefeito(a).
- Criação do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados, como forma de facilitar o fortalecimento da institucionalidade de gênero e consolidação das políticas para as mulheres em nosso país. Destaca-se a realização de quatro Fóruns Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres (do Nordeste, em Salvador/BA; do Sudeste, em Osasco/SP; do Sul, em Porto Alegre/RS; e do Centro-Oeste e Norte, em Campo Grande/MS) e dois nacionais.
- Lançamento do programa “Mulher e Ciência”, que tem o objetivo de estimular a produção científica e reflexão acerca das relações de gênero no país e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Este programa é constituído por três iniciativas paralelas, quais sejam: (1) Edital de pesquisas sobre relações de gênero, mulheres e feminismos; (2) 1º Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, destinado a alunas e alunos do Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação; (3) Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências.
- Realização do Curso de Formação de Profissionais da Educação em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, desenvolvido em colaboração com o Ministério da Educação (MEC), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Conselho Britânico. O objetivo é capacitar professores das redes estaduais e municipais de ensino nas temáticas de gênero, raça e orientação sexual. O primeiro seminário de introdução ao curso foi realizado em 30 de novembro. No primeiro semestre de 2006, serão capacitados professores da rede pública de cinco Municípios representativos da diversidade regional, como ação piloto.
- Encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 2005, de proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção

voluntária da gravidez, elaborada por uma Comissão Tripartite composta por representantes dos poderes executivo e legislativo e da sociedade civil.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que as principais ações, como o apoio a organismos dos direitos da mulher e a promoção de eventos de políticas para as mulheres, são realizadas por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres, com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na População Economicamente Ativa (PEA).

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 2.568.142,00
R\$ 3.183.872,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 2.568.142,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador foi alterado na revisão de 2005 para "Participação das mulheres no total de microcrédito concedido pelas instituições parceiras", pois é possível apenas a mensuração do microcrédito concedido às mulheres pelas instituições parceiras da SPM. Portanto, o novo indicador poderá ser apurado apenas a partir de 2006, pois as parcerias com instituições financeiras ainda estão sendo firmadas. Entretanto, cabe ressaltar que este indicador não atende à amplitude do programa, visto que este contempla outras dimensões importantes, como a capacitação para o trabalho e o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil sofrem discriminações no mundo do trabalho, tanto em termos de acesso aos serviços públicos quanto de acesso à terra, documentação, formação profissional, habitação e ao crédito. As desigualdades salariais entre homens e mulheres são marcantes, independentemente da classe social. Comparando-se os rendimentos médios mensais das pessoas ocupadas em 2003, cabem às mulheres

83% dos rendimentos auferidos pelos homens, sendo que a desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos. Com vistas a melhorar esse quadro, o programa tem como objetivo desenvolver ações orientadas para a promoção da equidade e o combate a todas as formas de discriminação de gênero no mundo do trabalho, como: a conscientização e a sensibilização de empregadores e estímulo às práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro das empresas; o incentivo ao acesso das mulheres a linhas de microcrédito urbano; o apoio a projetos de capacitação e incentivo à autonomia econômica das mulheres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio a 23 projetos de capacitação de mulheres para o trabalho nos setores produtivos rural e urbano e de incentivo à autonomia econômica das mulheres, totalizando mais de 2.000 mulheres capacitadas em todo o país e o apoio a projetos de geração de renda em 8 Estados das 5 Grandes Regiões do país.
- Lançamento, em setembro de 2005, do Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem por objetivo distinguir, com o Selo Pró-Equidade de Gênero, as empresas que adotarem práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Neste primeiro ano, participaram as empresas públicas. Em 2005, o Programa recebeu a adesão de 13 grandes empresas dos setores financeiro, de energia elétrica e petróleo, entre outros, representando mais de 10% do total de empresas estatais.
- Capacitação de 260 agentes de crédito em 10 Estados brasileiros, por meio de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, de forma a melhorar o atendimento às mulheres moradoras de regiões urbanas e ampliar o seu acesso ao microcrédito para o financiamento de projetos produtivos. Foi assinado também Protocolo de Cooperação com o Banco Popular do Brasil, com o objetivo de aumentar o microcrédito para as mulheres.
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Banco do Nordeste do Brasil, destinado à promoção de ações de documentação civil para mulheres trabalhadoras rurais, com o objetivo, entre outros, de ampliar o acesso desse segmento ao crédito rural.
- Renovação do Acordo de Cooperação Técnica com o SEBRAE e a Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil, com a finalidade de desenvolver projetos que contribuam para a promoção da autonomia das mulheres por meio da capacitação para o trabalho e da geração de emprego e renda.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é frequentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que as principais ações, como o apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres e a capacitação de mulheres para a equidade no mundo do trabalho, são realizadas por meio da celebração de convênios. Há atrasos e a necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes

não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Parcerias – Destaca-se que a parceria estabelecida com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e outros órgãos centrais do governo, constitui um dos instrumentos de apoio da SPM, na implementação de suas ações prioritárias e na definição de prioridades, papéis e atribuições no processo de construção e promoção da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração da participação das mulheres no microcrédito concedido por instituições parceiras, a fim de viabilizar a apuração do indicador existente.
- Na ação não-orçamentária 900D – “Certificação de Empresas e Instituições voltadas para a Equidade de Gênero”, alterar o título para “Incentivo à Equidade de Gênero nas Empresas – Pró-Equidade de Gênero”; o produto para “selo outorgado”; a descrição para “Desenvolver novas concepções e práticas na gestão de pessoas e na cultura organizacional das empresas, para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho”; e o detalhamento da implementação para “Assessoramento técnico no desenho e na implementação das ações e projetos das empresas, bem como a avaliação das empresas, ao final de um ano, a partir da assinatura do Termo de Compromisso, quanto ao cumprimento do plano de ação acordado, para a obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero”.

PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

OBJETIVO

Prevenir e combater, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violências simbólicas) e prestar atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 8.914.192,00
R\$ 10.135.098,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 8.914.192,00

Previsto não orçamentário

Realizado não orçamentário

INDICADOR(ES)

1. GRAU DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO PELA REDE DE APOIO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador foi excluído na revisão de 2005, em função da impossibilidade de mensuração. Ainda não foi implantada uma sistemática para que os dados do atendimento prestado na rede sejam compilados, uniformizados e trabalhados. A iniciativa de normatizar os serviços constitui um primeiro passo nesta direção. Entretanto, como é fundamental que o programa tenha um indicador que retrate a presença das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres – DEAM nos Municípios brasileiros, foi incluído o indicador “Evolução do Número de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres”.

2. GRAU DE EVOLUÇÃO DOS REGISTROS EM DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Devido à necessidade de aprimoramento deste indicador, ele foi substituído, na revisão de 2005, pelo indicador “Média Anual de Ocorrências de Delito Registradas por Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres”, o qual mede o número de ocorrências de delito registradas em relação ao número de DEAMs no ano.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001 pela Fundação Perseu Abramo em todo o território nacional declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada quinze segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. A política nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres compreende as dimensões da prevenção, do atendimento, do enfrentamento da violência contra a mulher e do combate à impunidade dos agressores. As ações previstas na política estão voltadas para: a ampliação e o aperfeiçoamento da rede de atendimento; a revisão e a implementação da legislação nacional e a aplicação dos tratados internacionais; a promoção de ações educativas e culturais com enfoque na prevenção; a atenção à saúde das mulheres em situação de violência; a produção de dados e informações sobre a questão; a capacitação dos profissionais dos diferentes setores relativos ao tema; e a garantia do acesso à justiça.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, com seu funcionamento integrado à Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, destinando-se a receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. O número disponibilizado (180), considerado de utilidade pública, permitirá ligações de qualquer ponto do território nacional, 24 horas por dia e durante toda a semana. Na primeira etapa, em fase experimental de 90 dias de duração, que contou com o apoio e a infra-estrutura do Ministério da Saúde, o atendimento foi das 7h às 18h40, de segunda a sexta. A Central de Atendimento é também um importante instrumento para melhorar o conhecimento sobre os números da violência contra as mulheres, possibilitando, com isto, o aperfeiçoamento da política de enfrentamento e prevenção da violência e da aplicação de recursos públicos;
- Elaboração de proposta de norma técnica para qualificar o funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs). Em 2005, foi realizado o 2º Encontro Nacional de Delegadas, que aprovou a proposta elaborada pela SPM, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP do Ministério da Justiça, reunindo especialistas de universidades e organizações não-governamentais na área de violência de gênero e representantes das delegadas;
- Capacitação de 4.100 profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Apoio a serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência: implantação, manutenção e/ou reaparelhamento de 46 Centros de Referência, 7 Defensorias públicas especializadas e 4 Casas-Abrigo, por meio de projetos apresentados por instituições públicas e privadas;

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes – A execução das ações é freqüentemente prejudicada em virtude da inadimplência dos proponentes, já que a maioria das ações é realizada por meio da celebração de convênios. Há atrasos e necessidade de reprogramação das ações, pois muitas entidades proponentes não conseguem regularizar sua situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, para habilitar-se à celebração de convênios.

Inadequação dos recursos humanos – A quantidade de recursos humanos é inadequada para a implementação do programa. A equipe gerencial assume múltiplas funções, pois, além do gerenciamento, monitoramento e avaliação da execução, há o papel de mobilização e articulação com os diferentes parceiros. Já a equipe técnica é muito reduzida em relação ao volume de trabalho demandado pela análise de projetos e formalização de convênios, bem como pelas atividades diretamente desenvolvidas pela Secretaria. A SPM, em suas diferentes áreas, necessita de profissionais, especialmente servidores públicos, tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras. A SPM já fez várias solicitações de servidores de carreira para compor seu quadro, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas essas não foram atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Participação Social – O programa possui mecanismos que promovem a participação social, tais como a Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, inclusive de orientação às mulheres em situação de violência, além de reuniões nas localidades para apoio técnico e incentivo à formação das redes de atendimento à mulher. Estas reuniões envolvem os mais diferentes parceiros, como poder público local, representantes do Judiciário, dos serviços de atendimento existentes e dos grupos de mulheres.

Parcerias – Cabe destacar ainda a parceria do programa com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, a qual está possibilitando a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Entre 2003 e 2005, foram criadas 15 novas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM e 4 setores de atendimento especializados, em delegacias comuns, serviços subordinados aos sistemas de segurança pública estaduais, nos estados da BA, PR, RS, GO, TO e MS.

Monitoramento – A maior parte das ações executadas por meio da celebração de convênios têm seu desempenho físico monitorado por visitas in loco de representantes da SPM. Em 2005, foi instituída uma sistemática de acompanhamento dos projetos apoiados, que prevê critérios de seleção e questões a serem avaliadas. Esta sistemática ainda está em aprimoramento, mas constitui uma primeira iniciativa de monitoramento e fiscalização da execução dos convênios firmados.

RECOMENDAÇÕES

- Na ação 0911 – “Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência”, alterar o título para “Serviços Especializados

no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência”; a descrição para “Apoio técnico e financeiro (construção, reforma, reaparelhamento e/ou manutenção) a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: centros de referências, casas-abrigo, Defensorias Públicas, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Institutos Médicos Legais, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, entre outros”; o produto para “Unidade de atendimento disponibilizada”; o tipo de ação para “Atividade”. Esta alteração visa a melhorar o desenho da ação, informando os tipos de serviços que são apoiados, inclusive a Central de Atendimento – Ligue 180 que foi criada em novembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.714, de 13/08/2003;

- Alterar o detalhamento da ação não-orçamentária 900M – “Incentivo à Formação e ao Fortalecimento das Redes de Cidadania” para “Parcerias com Estados e Municípios, promoção de reuniões e eventos de sensibilização e capacitação, produção de material educativo, elaboração de modelos de formulários para o atendimento das mulheres, encaminhamento e acompanhamento das mulheres atendidas”.

PRINCIPAIS RESULTADOS

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES



Anexo 1

Órgão Responsável 20124 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)

Programa 1224 Aquicultura e Pesca do Brasil

Objetivo Aumentar a produção nacional de pescados

Público-alvo Aquicultores e pescadores

Indicador (unidade de medida)

Este Programa não possui Indicadores.

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcance	Financeiro/Físico		
									2004	2005	Realizado
5282	Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado	MI	Nacional	Tecnologia desenvolvida (unidade)	R\$	Meta	200.000	143.497	Realizado	Previsto	Realizado
							4	0			
5474	Implantação da Rede de Pesca e Aquicultura da Amazônia Legal	MI	Nacional	Rede implantada (% de execução física)	R\$	Meta	750.000	750.000	Realizado	Previsto	Realizado
							1	0			
7616	Implantação de Entrepostos de Pescado	Presidência da República	Nacional	Entreposto implantado (unidade)	R\$	Meta	3.210.794	2.314.983	Realizado	Previsto	Realizado
							11	6			
5464	Implantação de Estações de Piscicultura	MI	Nacional	Estação implantada (unidade)	R\$	Meta	3.680.000	3.473.191	Realizado	Previsto	Realizado
							4	0			
			Nordeste		R\$	Meta	500.000	483.594	Realizado	Previsto	Realizado
							1	0			
7726	Implantação de Parques Aquícolas	Presidência da República	Nacional	Parque implantado (unidade)	R\$	Meta	3.999.221	341.313	Realizado	Previsto	Realizado
							17	6			
			Sudeste		R\$	Meta	250.000	0	Realizado	Previsto	Realizado
							2	0			
5522	Implantação de Sistema de Informações da Aquicultura e Pesca - SIAPESC	Presidência da República	Nacional	Sistema implantado (% de execução física)	R\$	Meta	988.328	987.052	Realizado	Previsto	Realizado
							27	15			

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
7618	Implantação de Terminal Pesqueiro	Presidência da República	Nacional	Terminal implantado (unidade)	R\$ 12.465.200	9.959.490	-	-
				Meta	0	0	-	-
5372	Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado	MI	Nordeste	Unidade construída (% de execução física)	R\$ 800.000	800.000	-	-
				Meta	20	6	-	-
1862	Implantação de Unidades Demonstrativas de Aquicultura	Presidência da República	Nacional	Unidade demonstrativa implantada (unidade)	R\$ 4.082.913	3.361.373	-	-
				Meta	18	3	-	-
5406	Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão	MI	Nacional	Unidade implantada (unidade)	R\$ 492.000	199.002	-	-
				Meta	6	0	-	-
5352	Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Tanques-Rede em Rios e em Grandes Reservatórios	MI	Nordeste	Produtor atendido (unidade)	R\$ 740.040	740.027	-	-
				Meta	6	6	-	-
7604	Instalação de Unidades de Beneficiamento de Pescado	Presidência da República	Centro-Oeste	Unidade instalada (unidade)	R\$ 120.000	0	-	-
				Meta	1	0	-	-
		Nacional			R\$ 3.527.577	1.464.605	-	-
				Meta	5	1	-	-
		Nordeste			R\$ 680.000	0	-	-
				Meta	2	0	-	-
		Norte			R\$ 500.000	500.000	-	-
				Meta	6	0	-	-
		Sudeste			R\$ 100.000	0	-	-
				Meta	0	0	-	-
		Sul			R\$ 180.000	180.000	-	-
				Meta	2	1	-	-

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	Realizado	Realizado
					Previsto	Previsto		
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Presidência da República	Nacional	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	R\$ 57.000	24.208		
				Meta	50	18		
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Presidência da República	Nacional	Servidor beneficiado (unidade)	R\$ 296.343	244.630		
				Meta	241	142		
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Presidência da República	Nacional	Servidor beneficiado (unidade)	R\$ 245.933	68.925		
				Meta	200	86		
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Presidência da República	Nacional	Servidor capacitado (unidade)	R\$ 246.964	67.934		
				Meta	241	86		
6043	Capacitação e Treinamento de Profissionais em Aquicultura e Pesca	Presidência da República	Nacional	Profissional capacitado (unidade)	R\$ 2.429.999	1.912.488		
				Meta	6.300	1.364		
		Sudeste			R\$ 100.000	99.999		
				Meta	130	0		
4518	Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste	MI	Nordeste	Tecnologia desenvolvida (% de execução física)	R\$ 200.000	0		
				Meta	25	0		
6112	Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob formas Associativas	Presidência da República	Nacional	Unidade apoiada (unidade)	R\$ 1.300.000	1.266.895		
				Meta	30	6		
		Nordeste			R\$ 120.000	0		
				Meta	3	0		
		Norte			R\$ 455.000	105.000		
				Meta	2	0		
		Sul			R\$ 400.000	100.000		
				Meta	2	0		
6111	Fomento à Implantação de Recifes Artificiais e Atradores	Presidência da República	Nacional	Recife implantado (unidade)	R\$ 1.106.866	855.306		
				Meta	3	3		

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
6111	Fomento à Implantação de Recifes Artificiais e Atratores	Presidência da República	Sudeste	Recife implantado (unidade)	R\$ 845.334	845.334	-	-
				Meta	5	3	-	-
6104	Fomento à Pesquisa em Aquicultura e Pesca	Presidência da República	Nacional	Pesquisa realizada (unidade)	R\$ 994.666	861.689	-	-
				Meta	10	5	-	-
6108	Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos	Presidência da República	Nacional	Unidade apoiada (unidade)	R\$ 1.503.352	1.375.929	-	-
				Meta	2	2	-	-
2819	Funcionamento de Estação e Centro de Pesquisas em Aquicultura	MI	Nordeste	Alevino produzido (milhão)	R\$ 1.005.000	999.952	-	-
				Meta	5	11	-	-
			Sudeste		R\$ 635.000	628.780	-	-
				Meta	2	3	-	-
6279	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisas em Aquicultura	MI	Nacional	Alevino produzido (unidade)	R\$ 3.030.000	2.772.272	-	-
				Meta	40.000.000	0	-	-
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 27.032.359	23.341.890	-	-
				Meta	0	0	-	-
		MI	Nacional		R\$ 100.000	94.214	-	-
				Meta	0	0	-	-
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 553.705	61.000	-	-
				Meta	0	0	-	-
2121	Registro Geral da Pesca	Presidência da República	Nacional	Registro realizado (unidade)	R\$ 250.000	40.740	-	-
				Meta	400.000	134.660	-	-

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0861	Apoio à Adequação de Acessos Aquaviários Marítimos e Interiores a Terminais Pesqueiros	Presidência da República	Nacional	Acesso aquaviário adequado (unidade)	R\$	2.496.622	340.179	-
					Meta	5	0	-
					R\$	50.000	0	-
			Sudeste		Meta	0	0	-
0792	Apoio à Unidades de Ensino em Aquicultura e Pesca	Presidência da República	Nacional	Escola apoiada (unidade)	R\$	1.255.631	758.125	-
					Meta	5	3	-
0860	Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva e Pesqueira	Presidência da República	Nacional	Unidade apoiada (unidade)	R\$	5.999.145	3.300.870	-
					Meta	10	7	-
09FU	Equalização da Taxa de Juros em Financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Lei nº 10.849, de 2004)	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	3.000.000	0	-
					Meta	0	0	-
09DB	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial - PROGER Pescador (Lei nº 8.427, de 1992)	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	1.000.000	0	-
					Meta	0	0	-
09FT	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Linha de Crédito Especial - PROGER Piscicultura (Lei nº 8.427, de 1992)	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	1.000.000	0	-
					Meta	0	0	-
0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Presidência da República	Nacional	Óleo diesel subvencionado (litro)	R\$	8.000.000	7.401.061	-
					Meta	22.000.000	66.843.448	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	R\$ Meta	2004		2005	
						Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Presidência da República	Nacional	Pessoa beneficiada (unidade)		101.220	69.072	-	-
						241	0		

Programa 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Objetivo Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

Público-alvo Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores.

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançar
Produção de Pescaço Oriunda da Aqüicultura (toneladano)	31/12/2002	251.287,00	269.697,50	Em Apuração	Alta
Produto Interno Bruto - PIB Aqüícola (R\$ milhões)	31/12/2002	1.324,79	1.281,12	3.296,51	Baixa

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
5356	Aproveitamento de Canais de Perímetros de Irrigação para Piscicultura	MI	Nordeste	Módulo implantado (unidade)	R\$	-	209.040	99.624
				Meta		-	2	1
			Sudeste		R\$	-	156.000	155.990
				Meta		-	1	1
5282	Desenvolvimento de Tecnologias de Processamento de Pescado	MI	Nacional	Tecnologia desenvolvida (unidade)	R\$	-	195.000	108.428
				Meta		-	3	3
5474	Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal	MI	Nacional	Rede implantada (% de implantação)	R\$	-	745.000	703.931
				Meta		-	1	0
11UF	Implantação de Entrepósitos de Produtos Aqüícolas	Presidência da República	Nacional	Entrepósito implantado (unidade)	R\$	-	1.600.000	304.356
				Meta		-	5	0
5464	Implantação de Estações de Piscicultura	MI	Nacional	Estação implantada (unidade)	R\$	-	1.961.666	1.564.620
				Meta		-	1	0
7726	Implantação de Parques Aqüícolas	Presidência da República	Nacional	Parque implantado (unidade)	R\$	-	5.648.000	4.262.581
				Meta		-	19	3
5372	Implantação de Unidade de Beneficiamento de Pescado	MI	Nordeste	Unidade instalada (unidade)	R\$	-	670.000	653.021
				Meta		-	2	1

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
11UE	Implantação de Unidades de Beneficiamento de Produtos Aquícolas	Presidência da República	Nacional	Unidade implantada (unidade)				
						R\$	1.200.000	546.400
						Meta	4	0
			Sul			R\$	100.000	100.000
1862	Implantação de Unidades Demonstrativas de Aquicultura	Presidência da República	Nacional	Unidade demonstrativa implantada (unidade)				
						R\$	3.600.000	2.555.090
						Meta	13	0
			Norte			R\$	100.000	33.500
5406	Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado e/ou Camarão	MI	Nacional	Unidade implantada (unidade)				
						R\$	200.000	99.200
						Meta	1	0
			Sudeste			R\$	492.372	250.623
5352	Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Tanques-Rede em Rios e em Grandes Reservatórios	MI	Nordeste	Produtor atendido (unidade)				
						R\$	450.000	388.634
						Meta	130	30

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
8475	Capacitação de Profissionais em Aquicultura	Presidência da República	Nacional	Profissional capacitado (unidade)			1.400.000	1.214.000
						Meta	1.000	1.154
4518	Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste	MI	Nordeste	Tecnologia desenvolvida (% de execução física)			185.000	185.000
						Meta	25	0
2E03	Desenvolvimento da Maricultura	Presidência da República	Sul	Projeto apoiado (unidade)			300.000	300.000
						Meta	1	0

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
6108	Fomento a Unidades Produtoras de Formas Jovens de Organismos Aquáticos	Presidência da República	Nacional	Unidade apoiada (unidade)	R\$	-	2.500.000	2.350.037
				Meta		-	5	3
2819	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura	MI	Nacional	Alecrim produzido (milhão)	R\$	-	3.905.400	3.247.954
				Meta		-	60.000.000	41
			Nordeste		R\$	-	919.852	812.237
				Meta		-	5	16
			Sudeste		R\$	-	561.000	560.993
				Meta		-	1	2
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	- (-)	R\$	-	597.750	543.615
				Meta		-	-	-
		MI	Nacional		R\$	-	90.000	82.927
				Meta		-	-	-
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	- (-)	R\$	-	250.000	224.348
				Meta		-	0	0

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
09GW	Apoio à Extensão Aquícola	Presidência da República	Nacional	- (-)	R\$	-	1.000.000	1.000.000
				Meta		-	-	-
0792	Apoio a Unidades de Ensino em Aquicultura	Presidência da República	Nacional	Unidade apoiada (unidade)	R\$	-	450.000	450.000
				Meta		-	4	0
09GM	Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aquícola	Presidência da República	Nacional	- (-)	R\$	-	4.050.492	3.898.403
				Meta		-	0	0

Programa 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca

Objetivo Desenvolver a cadeia produtiva da pesca

Público-alvo Pescadores artesanais e industriais

Indicador (unidade de medida)		Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançe Média
Produção de Pescado Oriunda da Pesca (tonelada/ano)		31/12/2002	-	746.216,50	Em Apuração	
Produto Interno Bruto PIB Pesqueiro (milhão R\$)		31/12/2002	-	0,00	4.822,67	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico		
					2004	2005	
7616	Implantação de Entrepostos de Pescado	Presidência da República	Centro-Oeste	Entreposto implantado (unidade)	Previsto	Previsto	Realizado
					R\$	100.000	0
			Nacional		Meta	1	0
					R\$	2.800.000	2.768.160
			Norte		Meta	5	0
					R\$	400.000	200.000
7618	Implantação de Terminal Pesqueiro	Presidência da República	Nacional	Terminal implantado (unidade)	Previsto	Previsto	Realizado
					R\$	6.860.000	5.474.350
			Nordeste		Meta	1	0
					R\$	8.948.800	8.948.800
			Sudeste		Meta	1	0
					R\$	200.000	0
7604	Implantação de Unidades de Beneficiamento de Pescado	Presidência da República	Nacional	Unidade implantada (unidade)	Previsto	Previsto	Realizado
					R\$	6.200.000	2.549.775
			Nordeste		Meta	4	0
					R\$	100.000	99.920
					Meta	800	0

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
6043	Capacitação de Profissionais em Pesca	Presidência da República	Nacional	Profissional capacidade (unidade)	R\$	-	1.400.000	1.273.634
					Meta	-	1.000	0
			Sudeste		R\$	-	200.000	138.200
					Meta	-	142	0
			Sul		R\$	-	150.000	20.000
					Meta	-	200	0
6111	Fomento à Implantação de Recifes Artificiais e Atratores	Presidência da República	Sudeste	Recife implantado (unidade)	R\$	-	1.000.000	927.000
					Meta	-	3	0
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	522.750	435.251
					Meta	-	-	-
8559	Monitoramento da Frota Pesqueira	Presidência da República	Nacional	Embarcação monitorada (unidade)	R\$	-	2.300.000	1.286.992
					Meta	-	300	0
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	250.000	222.066
					Meta	-	0	0

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0861	Apoio à Adequação de Acessos Aquaviários Marítimos e Interiores a Terminais Pesqueiros	Presidência da República	Nacional	Acesso aquaviário adequado (unidade)	R\$	-	1.500.000	988.689
					Meta	-	6	0
			Sudeste		R\$	-	100.000	0
					Meta	-	1	0
09GP	Apoio à Extensão Pesqueira	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	1.000.000	837.156
					Meta	-	0	0

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
09GP Apoio à Extensão Pesqueira		Presidência da República	Sul	(-)	R\$	-	300.000	0
					Meta	-	-	-
09GN Apoio à Renovação da Frota Artesanal		Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	1.200.000	263.822
					Meta	-	0	0
09GQ Apoio a Unidades de Ensino na Pesca		Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	600.000	591.161
					Meta	-	0	0
0860 Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Pesqueira		Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	4.050.492	3.856.001
					Meta	-	0	0
		Nordeste	-	R\$	-	100.000	94.912	
				Meta	-	-	-	
		Sudeste	-	R\$	-	150.000	150.000	
				Meta	-	-	-	
Sul	-	R\$	-	300.000	97.520			
		Meta	-	-	-			
09FU Equalização da Taxa de Juros em Financiamento ao Programa da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Lei nº 10.849, de 2004)		Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	-	11.000.000	11.000.000
					Meta	-	-	-
0080 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras		Presidência da República	Nacional	Óleo diesel subvencionado (litro)	R\$	-	7.700.000	6.764.152
					Meta	-	32.450.000	85.556.981

Programa 1344 Gestão da Política Pesqueira

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca.*
Público-alvo *Governo*

Indicador (unidade de medida)

Este Programa não possui Indicadores.

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcance	Financeiro/Físico	
									2004	2005
5522	Implantação do Sistema de Informações da Aquicultura e Pesca - SIAPESC	Presidência da República	Nacional	<i>Sistema implantado (% de execução física)</i>	R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			2.850.000	1.700.759
						-			20	0

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcance	Financeiro/Físico	
									2004	2005
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Presidência da República	Nacional	<i>Servidor capacitado (unidade)</i>	R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			500.000	126.035
						-			241	189
6104	Estudo para o Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	Presidência da República	Nacional	<i>Estudo realizado (unidade)</i>	R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			3.100.000	1.579.015
						-			5	0
6112	Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas	Presidência da República	Nacional	<i>Unidade apoiada (unidade)</i>	R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			18	0
			Nordeste		R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			66.000	66.000
			Norte		R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			1	0
			Sudeste		R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			100.000	88.682
					R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			2	0
					R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			100.000	0
					R\$	-	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					Meta	-			1	0

Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007
Caderno Setorial para Divulgação

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
6112	Fomento a Atividades Pesqueiras e Aquícolas sob Formas Associativas	Presidência da República	Sul	Unidade apoiada (unidade)			500.000	50.000
				Meta			40.000	0
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)			500.000	290.245
				Meta				-
2121	Registro Geral da Pesca	Presidência da República	Nacional	Registro realizado (unidade)			2.950.000	795.419
				Meta			400.000	529.181

Órgão Responsável 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Programa 0670 Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas									
Objetivo Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes									
Público-alvo Testemunhas de crimes e vítimas									
Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (percentagem)									
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL									
Atividades									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	2004	2005	Realizado	Previsto	Realizado
6244	Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	Presidência da República	Nacional	Agente capacitado (unidade)	Previsto		100.000	100.000	100.000
							R\$		
							Meta		
							30	40	30
									0
2831	Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça	Presidência da República	Nacional	Pessoa assistida (unidade)	Previsto		178.680	100.001	12.560
							R\$		
							Meta		
							6	25	64
									0
Operações Especiais									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	2004	2005	Realizado	Previsto	Realizado
0881	Apoio a Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes	Presidência da República	Nacional	Pessoa assistida (unidade)	Previsto		3.596.901	2.100.003	2.100.003
							R\$		
							Meta		
							42.000 *	42.062	3.500
0724	Apoio a Serviços de Assistência e Proteção a Testemunhas Ameaçadas	Presidência da República	Nacional	Pessoa protegida (unidade)	Previsto		8.000.000	9.635.255	9.635.255
							R\$		
							Meta		
							945	990	830

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Programa 0152 Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Objetivo Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas socioeducativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei

Público-alvo Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos

Indicador (unidade de medida)

31/12/2003 1,00

Índice de Referência

Índice alcançado em 2004

Índice alcançado em 2005

Índice Previsto em 2007

Avaliação da possibilidade de alcance

ACÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	Realizado	Realizado
0880	Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos	Presidência da República	Sudeste	Pessoa atendida (unidade)	50.000	-	40.000	-
				Meta	0	0	0	-

ACÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	Realizado	Realizado
0878	Apoio à Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Internação Restritiva e Provisória	Presidência da República	Nacional	Vaga criada (unidade)	6.000.000	20.627.101	4.897.437	7.343.256
				Meta	200	4.031	210	2.995
			Sudeste		100.000	-	0	-
				Meta	200	-	0	-
0880	Apoio a Serviços de Atendimento de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Egressos	Presidência da República	Nacional	Pessoa atendida (unidade)	3.463.074	3.840.091	3.245.252	3.425.072
				Meta	6.000 *	181.128	3.223	173.751
0826	Apoio a Serviços de Plantão Interinstitucional ou de Atendimento Inicial	Presidência da República	Nacional	Pessoa atendida (unidade)	1.000.000	980.357	482.398	510.000
				Meta	1.000	1.000	425	480

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Programa 0073 Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes										
Objetivo Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes										
Público-alvo Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias										
Taxa de Atendimento a Crianças e Adolescentes que Sofreram Abuso e/ou Exploração Sexual (percentagem)										
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL										
Atividades										
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcance	Financeiro/Físico	
									2004	2005
4641	Publicidade de Utilidade Pública	MTur	Nacional	(-)	0,00	0,00	90,00	-	Previsto	Realizado
									250.000	241.495
									200.000	200.000
									Meta	Realizado
									0	200.000
Operações Especiais										
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)					Financeiro/Físico	
									2004	2005
001S	Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social	MEC	Nacional	Família beneficiada (unidade)					Previsto	Realizado
									4.800.000	4.680.000
									2.000	-
									0	-
AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL										
Atividades										
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)					Financeiro/Físico	
									2004	2005
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)					Previsto	Realizado
									10.000	9.249
									7.451	4.794
									Meta	Realizado
									0	0
									0	0
Atividades										
2383	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	MDS	Centro-Oeste	Pessoa atendida (unidade)					Previsto	Realizado
									22.500	22.500
									Meta	Realizado
									23	0
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-
									-	-

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico				
					2004		2005		
2383	Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	MDS	Nacional	Pessoa atendida (unidade)	R\$	28.396.272	28.360.972	35.114.390	35.057.100
					Meta	28.530	17.770	22.735	51.380
					R\$	100.000	0	200.000	100.000
					Meta	1.000	0	1.065	0
					R\$	435.000	325.000	100.000	100.000
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	-	Meta	1.132	0	65	80
					R\$	12.810	2.401	9.483	0
					Meta	0	0	0	0
					R\$	342.000	342.000	-	-
					Meta	0	0	-	-
2815	Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Presidência da República	Nacional	Sistema mantido (unidade)	R\$	1.030.000	639.900	776.978	582.189
					Meta	53	1	1	1
Operações Especiais									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico				
					2004		2005		
0744	Apoio à Capacitação dos Participantes do Sistema de Garantia de Direitos no Combate ao Abuso, Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	Previsto	230.000	115.000	173.640	113.285
					Meta	100	50	76	76
0742	Apoio a Comitês Estaduais de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil	Presidência da República	Nacional	Comitê apoiado (unidade)	R\$	30.000	0	22.580	0
					Meta	1	1	1	0
0746	Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Presidência da República	Nacional	Projeto apoiado (unidade)	R\$	1.680.041	1.437.625	1.681.870	1.387.770
					Meta	7	5	601	11

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0746	Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Presidência da República	Norte	Projeto apoiado (unidade)				
					R\$		300.000	300.000
					Meta		10	1
			Sudeste					
					R\$	498.000	0	-
					Meta	11	0	-
001S	Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social	MEC	Nacional	Aluno beneficiado (unidade)			2.400.000	2.371.433
					R\$	-	-	-
					Meta		1.000	52.320

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 425.551	425.551	300.000	122.354
					Meta	0	0	0
6762	Proteção a Defensores de Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	Defensor protegido (unidade)	R\$ -	-	1.200.000	1.171.724
					Meta	-	100	120
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 50.000	0	240.105	77.390
					Meta	0	0	0
Operações Especiais								
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0895	Apoio à Capacitação em Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$ 2.110.000	610.000	1.250.000	1.000.000
					Meta	12.106 *	6.250	645
			Sul		R\$ 100.000	0	-	-
					Meta	0	-	-
0728	Apoio a Centros de Referência em Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	Centro apoiado (unidade)	R\$ 50.000	50.000	350.000	131.804
					Meta	1	7	9
			Sudeste		R\$ -	-	80.000	0
					Meta	-	-	-
0896	Apoio a Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	Conselho apoiado (unidade)	R\$ 400.000	400.000	250.000	200.000
					Meta	5	3	3
09AT	Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica	Presidência da República	Nacional	Documento emitido (unidade)	R\$ -	-	300.000	164.066
					Meta	-	50.000	10.200

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
09AS	Apio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Mediação de Conflitos e de Informações em Direitos Humanos (Balcões de Direitos)	Presidência da República	Centro-Oeste	Pessoa atendida (unidade)	R\$	-	100.000	100.000
					Meta	-	1	6.000
					R\$	-	1.000.000	895.614
					Meta	-	140.000	49.104
0883	Apio ao Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direitos)	Presidência da República	Nacional	Pessoa atendida (unidade)	R\$	906.868	906.868	-
					Meta	123.000	187.372	-
					R\$	70.000	70.000	-
					Meta	500	15.000	-
0083	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)	Presidência da República	Nacional	-	R\$	2.100.000	2.096.120	4.345.205
					Meta	0	0	38
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contratadas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	-	R\$	100.000	0	90.000
					Meta	0	0	0
AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL								
Atividades								
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
4964	Capacitação de Técnicos e Gestores de Assistência Social para o Trabalho de Prevenção à Violência e Redução de Danos às Famílias e Comunidades	MDS	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$	2.000.000	1.928.417	-
					Meta	3.200	0	-
6082	Fomento a Pesquisas e Estudos relacionados à Violência Social	MDS	Nacional	Pesquisa realizada (unidade)	R\$	285.000	0	-
					Meta	1	0	-

Atividades		Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
Ação	Título				2004	2005	Realizado	Realizado
					Previsto	Previsto		
6298	Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco	MEC	Nordeste	Criança/adolescente integrado (unidade)	-	523.325	-	512.307
				R\$				
				Meta		1.000		1.262
Operações Especiais								
					2004	2005	Realizado	Realizado
					Previsto	Previsto		
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)				
0436	Indenização a Anistiados Políticos - Militares (Lei 10.559, de 13/11/2002)	MD	Nacional	Pessoa beneficiada (unidade)	-	173.323.863	-	173.322.939
				R\$				
				Meta		3.325		0
0739	Indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559, de 13/11/2002)	MP	Nacional	(-)	80.987.336	176.676.138	72.206.401	154.484.366
				R\$				
				Meta	1	0	0	0

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Programa 0155 Gestão da Política de Direitos Humanos									
Objetivo Apoiar o planejamento, a execução e a avaliação dos programas finalísticos voltados para a garantia de direitos humanos									
Público-alvo Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade									
Este Programa não possui Indicadores.									
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL									
Atividades									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançar
8601	Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)					
							R\$		
							Meta		
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Presidência da República	Nacional	Servidor capacitado (unidade)			R\$	50.350	0
							Meta	25	0
4673	Gerenciamento de Projetos Apoiados na Área de Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	Projeto acompanhado (unidade)			R\$	111.864	1.620.269
							Meta	0	0
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)			R\$	-	0
							Meta		
4904	Sistema Nacional de Informações em Direitos Humanos	Presidência da República	Nacional	Sistema mantido (unidade)			R\$	53.117	0
							Meta	1	0

Programa 1078 Nacional de Acessibilidade

Objetivo Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Público-alvo Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançar
Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência (percentagem)	12/01/2002	1.689,00	0,00	50,00	-
Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis (percentagem)	12/01/2002	5,00	2,30	25,00	-
Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/ Sublegendados (percentagem)	-	0,00	0,00	Em Apuração	-
Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência (percentagem)	14/08/2003	0,03	0,00	20,00	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
						2004	2005	
						Previsto	Realizado	Realizado
0598	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência	MCidades	Nacional	Projeto apoiado (unidade)	R\$	100.000	57.910	219.178
					Meta	2	1	3
			Sudeste		R\$	-	-	0
					Meta	-	-	0
						-	-	0

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
						2004	2005	
						Previsto	Realizado	Realizado
6263	Capacitação e Especialização de Técnicos e Agentes Sociais em Acessibilidade	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$	400.000	256.823	252.969
					Meta	1.702	1.460	1.296
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	600.000	417.578	340.469
					Meta	0	0	-

Nacional de Acessibilidade

Atividades

Valores em R\$ 1,00

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	Realizado	Realizado
					Previsto	Previsto	Realizado	Realizado
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	208.476	191.898	130.280	191.899
				R\$				
				Meta	0	0	0	

Programa 0153 Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Objetivo Promover a política de atendimento e garantir e a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

Público-alvo Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos

Indicador (unidade de medida) Índice de Referência Índice alcançado em 2004 Índice alcançado em 2005 Índice Previsto em 2007 Avaliação da possibilidade de alcance

Taxa de Municípios com Implantação do Sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (percentagem)

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2004	2005	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
10AY	Construção, reforma e ampliação de Centros de Reabilitação de Menor Infrator	Presidência da República	Nacional	Unidade construída (unidade)	R\$ 18.000.000	11.831.957	-	-
				Meta	14	5	-	-

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2004	2005	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0736	Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção	Presidência da República	Centro-Oeste	Criança/adolescente atendido (unidade)	R\$ 150.000	0	-	-
				Meta	0	0	-	-
0882	Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Presidência da República	Nordeste	Pessoa atendida (unidade)	R\$ -	-	30.000	30.000
				Meta	-	-	1	1

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2004	2005	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1785	Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos	Presidência da República	Nacional	Rede implantada (% de execução física)	R\$ 150.000	93.735	197.016	0
				Meta	20	2	20	0

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
4966	Cadastro Nacional de Crianças Passíveis de Adoção e Famílias Pretendentes	Presidência da República	Nacional	Registro mantido (unidade)	R\$ 50.000	0	49.005	0
				Meta	1	0	1	0
6247	Capacitação de Profissionais para Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$ 4.200.000	1.263.768	3.043.729	2.062.580
				Meta	17.000	4.470	9.108	8.616
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 1.203.782	298.323	448.168	411.925
				Meta	0	0	0	0
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 1.700.000	468.057	148.010	0
				Meta	0	0	0	0

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0897	Apoio a Estudos e Pesquisas na Área dos Direitos da Criança e do Adolescente	Presidência da República	Nacional	Pesquisa realizada (unidade)	R\$ 0	0	296.482	0
				Meta	0	0	3	0
0732	Apoio à Implantação de Módulos do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia)	Presidência da República	Nacional	Modulo implantado (unidade)	R\$ 624.900	572.987	1.130.107	881.080
				Meta	4	10	4	13
0905	Apoio a Organizações de Jovens	Presidência da República	Nacional	Organização apoiada (unidade)	R\$ 500.000	366.220	493.729	0
				Meta	3	2	3	0
		Norte			-	-	150.000	150.000
				Meta	-	-	100	23
		Sul			-	-	100.000	100.000
				Meta	-	-	15	2

0904	Apoio a Projetos de Prevenção da Violência nas Escolas	Presidência da República	Nacional	Escola apoiada (unidade)	R\$ 1.807.865	1.286.041	2.703.526	1.121.210
				Meta	5	5	16	10

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0736	Apoio a Serviços de Atendimento a Crianças e Adolescentes sob Medidas de Proteção	Presidência da República	Nacional	Criança/adolescente atendido (unidade)	R\$ 8.395.110	2.243.955	13.283.800	5.227.416
				Meta	20.000 *	1.952	30.500	9.395
0730	Apoio a Serviços de Atendimento Jurídico-Social a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	Presidência da República	Nacional	Criança/adolescente atendido (unidade)	R\$ 2.500.000	1.961.612	2.450.269	2.450.268
				Meta	1.500	1.200	1.500	1.500
0882	Apoio a Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Presidência da República	Nacional	Pessoa atendida (unidade)	R\$ 4.488.470	4.478.031	14.685.486	6.117.402
				Meta	8.000	6.400	12.180	6.575
			Nordeste		-	-	60.000	60.000
				Meta	-	-	1.500	1.500
			Norte		-	-	300.000	300.000
				Meta	-	-	220	220

* Está Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Programa 1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Objetivo	Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão atina no processo de desenvolvimento do País									
Público-alvo	Pessoas portadoras de deficiência									
	Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançar			
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)		14/08/2003	44,44	55,55	66,66	100,00	Alta			
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)		14/08/2003	1,38	1,57	0,00	3,00	-			
Taxa de Inclusão Escolar (percentagem)		14/08/2003	14,86	0,00	0,00	35,00	-			
Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência (percentagem)		-	Em apuração	0,00	0,00	Em Apuração	-			
Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com Mais de 100 Funcionários (percentagem)		-	Em apuração	0,00	0,00	Em Apuração	-			
Taxa de inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público (percentagem)		-	Em apuração	1.230,00	0,00	Em Apuração	-			

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projeto										
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico					
					2004	2005	Realizado	Previsto	Realizado	
7972	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes	Presidência da República	Norte	Viagem criada (unidade)	R\$	100.000	100.000	-	-	-
				Meta	40	40				

Atividades										
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico					
					2004	2005	Realizado	Previsto	Realizado	
6246	Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Presidência da República	Sudeste	Pessoa capacitada (unidade)	R\$	100.000	0	-	-	-
				Meta	0	-	0	-	-	-
			Sul	R\$	100.000	0	0	-	-	-
				Meta	0	-	0	-	-	-

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2005	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1825	Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência - CORDE	Presidência da República	Nacional	Sistema implantado (% de execução física)	100.000	84.996	100.000	77.392
				Meta	2	2	2	0

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2005	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
6246	Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	979.058	513.100	800.000	782.437
				Meta	1.776 *	1.045	1.328	9.560
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	1.389.289	1.008.303	1.173.268	929.069
				Meta	0	0	-	-
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	100.000	32.490	100.000	91.460
				Meta	0	0	-	-
4281	Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência - CORDE	Presidência da República	Nacional	Sistema mantido (unidade)	100.000	13.111	100.000	20.000
				Meta	1	1	1	1

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2005	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
09DA	Apoio a Estudos e Pesquisas na Área da Pessoa com Deficiência	Presidência da República	Nacional	Estudo realizado (unidade)	-	-	200.000	70.000
				Meta	-	-	1	1
0879	Apoio à Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios	Presidência da República	Nacional	Conselho implantado (unidade)	400.000	253.819	400.000	160.000
				Meta	16	9	16	6

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Programa 8017 Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional

Objetivo	Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao sequestro internacional de crianças no Brasil				
Público-alvo	Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças sequestradas para fora do Brasil por um dos genitores				
	Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007
Taxa de Denúncias a Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes Adotados por Não Residentes (percentagem)		-	-	0,00	Em Apuração
Taxa de Adoção Internacional (percentagem)		-	-	0,00	Em Apuração

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Atividades								
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	-	-	95.000	61.494
				R\$				
				Meta	-	-		

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Projetos						
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico	
					2004	2005
					Previsto	Realizado
					Previsto	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado
					Realizado	Realizado

Atividades		Financeiro/Físico						
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
6262	Capacitação de Técnicos em Processos de Adoção e Sequestro Internacional de Crianças e Adolescentes	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	124.980	124.980	302.696	130.332
				R\$				
				Meta	500	90	756	175

Órgão Responsável 20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Programa 1336 Brasil Quilombola									
Objetivo Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social bem como a propriedade de suas terras									
Público-alvo População de terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos									
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos									
(percentual)									
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL									
Projetos									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcance	Financeiro/Físico
542	Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	MDA	Nacional	Comunidade titulada (unidade)					
			Norte						

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
09CJ	Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	MEC	Nacional	Estabelecimento apoiado (unidade)	R\$	-	1.143.000	1.014.249
				Meta		-	15	0
			Nordeste		R\$	-	100.000	100.000
				Meta		-	1	0
0974	Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	MEC	Nacional	Professor capacitado (unidade)	R\$	-	632.000	608.833
				Meta		-	790	0
09CG	Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	MEC	Nacional	Material distribuído (unidade)	R\$	-	400.000	316.406
				Meta		-	7.000	0
001T	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas	MDA	Nacional	Comunidade apoiada (unidade)	R\$	-	1.000.000	894.610
				Meta		-	10	10
0859	Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	MDA	Nacional	Área indenizada (ha)	R\$	-	13.000.347	0
				Meta		-	94.530	0
AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL								
Atividades								
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
8215	Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	MS	Nacional	Pessoa atendida (unidade)	R\$	-	293.200	108.000
				Meta		-	2.000.000	0

Programa 1152 Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de promoção da igualdade racial

Público-alvo Governo

Índice de Referência
Data
Índice alcançado em 2004
Índice alcançado em 2005
Índice Previsto em 2007
Avaliação da possibilidade de alcance

Indicador (unidade de medida)

Este Programa não possui Indicadores.

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	Realizado	Realizado
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Presidência da República	Nacional	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	22.800 20	22.800 20
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Presidência da República	Nacional	Servidor beneficiado (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	67.630 55	67.630 55
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Presidência da República	Nacional	Servidor beneficiado (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	22.000 20	22.000 20
8601	Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	- -	175.400 400
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Presidência da República	Nacional	Servidor capacitado (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	120.000 55	119.140 55
802V	Fomento à Edição, Publicação e Distribuição de Material Bibliográfico e Áudio-Visual sobre Igualdade Racial	Presidência da República	Nacional	Projeto apoiado (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	- -	- 45
802U	Fomento à Qualificação de Afro-Descendentes em Gestão Pública	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	- -	900.000 540
6440	Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos	Presidência da República	Nacional	Comunidade atendida (unidade)	R\$ Meta	R\$ Meta	3.000.000 50	2.175.006 194

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
4974	Formulação de Políticas de Ações Afirmativas	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 2.750.000	1.949.999	-	-
					Meta 0	0	-	-
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 7.164.886	6.376.780	7.193.783	6.954.027
					Meta 0	0	0	0
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ 1.174.600	574.600	1.057.140	0
					Meta 0	0	0	0
Operações Especiais								
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0776	Apoio à Capacitação de Afro-Descendentes em Gestão Pública	Presidência da República	Nacional	Pessoa capacitada (unidade)	R\$ 1.000.000	700.000	-	-
					Meta 600	0	-	-
09BB	Apoio a Conselhos e Organismos Governamentais de Promoção da Igualdade Racial	Presidência da República	Nacional	Organização apoiada (unidade)	-	-	330.000	280.000
					Meta -	-	25	6
0770	Apoio a Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial	Presidência da República	Nacional	Iniciativa apoiada (unidade)	R\$ 2.050.000	1.350.000	2.600.000	1.512.455
					Meta 42	12	39	40
			Sudeste		R\$ -	-	300.000	100.000
					Meta -	-	1	0
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Presidência da República	Nacional	(-)	-	-	1.000	0
					Meta -	-	-	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Presidência da República	Nacional	Pessoa beneficiada (unidade)	R\$ 57.750	0	57.750	0
				Meta	138	0	138	0
4931	Atendimento às Comunidades Quilombolas	MDS	Nacional	Comunidade atendida (unidade)	R\$ 1.152.000	1.152.000	-	-
				Meta	9	0	-	-

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0738	Concessão de Bolsas de Estudo no Combate à Discriminação	MDS	Nacional	Bolsa concedida (unidade)	R\$	100.000	100.000	-
				Meta	5	0	-	-

Programa	1068	Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas							
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de igualdade de gênero								
Público-alvo	Governo								
Este Programa não possui Indicadores.									
AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL									
Projetos									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcance	Financeiro/Físico
7254	Implantação do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero - SNIG	Presidência da República	Nacional	Sistema implantado (% de execução física)	R\$	500.000	50	33	2004
					Meta		25	25	2005
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado
									Realizado

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico				
					2004		2005		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
6248	Promoção de Eventos de Políticas para as Mulheres	Presidência da República	Nacional	Evento realizado (unidade)	R\$	2.730.000	2.524.819	600.625	600.441
				Meta		100	69	14	13
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$	300.000	172.491	926.290	718.287
				Meta		0	0	-	-
Operações Especiais									
Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico				
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
0910	Apoio a Organismos de Promoção dos Direitos da Mulher	Presidência da República	Nacional	Organismo apoiado (unidade)	R\$	400.000	253.018	585.025	178.868
				Meta		75 *	55	15	4
0E05	Apoio a Projetos de Formação de Educadores nas Questões de Gênero	Presidência da República	Nacional	Projeto apoiado (unidade)	R\$	-	-	200.000	200.000
				Meta		-	-	2	1
		Sudeste			R\$	-	-	80.000	80.000
				Meta		-	-	1	1

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Programa 1087 Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Objetivo Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho

Público-alvo Mulheres com idade a partir de 16 anos, inseridas na População Economicamente Ativa

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançar
Participação das mulheres no total de microcrédito concedido (porcentagem)	-	-	0,00	0,00	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2004	2005
4905	Capacitação de Mulheres Gestoras nos Setores Produtivos Rural e Urbano	Presidência da República	Centro-Oeste	Mulher capacitada (unidade)	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					50.000	49.998	-	-
			Nacional		Meta	30	-	-
					3.452.147	1.802.659	-	-
			Sudeste		Meta	6.598	-	-
					2.700	-	100.000	99.038
8469	Capacitação de Mulheres para o Trabalho nos Setores Produtivos Rural e Urbano	Presidência da República	Nacional	Mulher capacitada (unidade)	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					-	-	1.387.742	1.387.060
					Meta	-	2.470	2.347
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					50.000	0	154.194	13.854
					Meta	0	-	-
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Presidência da República	Nacional	(-)	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					60.000	0	-	-
					Meta	0	-	-

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2004	2005
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
					-	-	-	-

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004		2005	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
0726	Apoio a Creches, Restaurantes e Lavanderias para a Melhoria das Condições de Vida da Mulher Trabalhadora	Presidência da República	Nacional	Unidade apoiada (unidade)	R\$ 322.853	80.362	-	-
				Meta	80	4	-	-
09HV	Apoio a Projetos de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres	Presidência da República	Nacional	Projeto apoiado (unidade)	R\$ -	-	1.541.936	1.068.190
				Meta	-	-	17	12

Programa 0156 Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

Objetivo *Prevenir e combater, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violências simbólicas) e prestar atendimento àquelas em situação de violência ou risco.*

Público-alvo *Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência*

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice Previsto em 2007	Avaliação da possibilidade de alcançar
Grau de Evolução do Atendimento Prestado pela Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência (percentagem)	-	-	0,00	Em Apuração	-
Grau de evolução dos registros em Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (percentagem)	-	-	0,00	Em Apuração	Alta

ACÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico		
					2004	2005	2005
6243	Capacitação de Profissionais de Instituições Públicas atuantes no Combate à Violência contra as Mulheres	Presidência da República	Nacional	Profissional capacitado (unidade)	R\$ Meta	Previsto 1.350.000 Realizado 1.154.950 1.970	- - -
6812	Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência	Presidência da República	Nacional	Profissional capacitado (unidade)	R\$ Meta	Previsto - Realizado - 2.000	1.068.904 - 4.100
2272	Gestão e Administração do Programa	Presidência da República	Nacional	(-)	R\$ Meta	Previsto 60.000 Realizado 11.361 0	246.670 166.985 -

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico		
					2004	2005	2005
0790	Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco	Presidência da República	Nacional	Mulher abrigada (unidade)	R\$ Meta	Previsto 3.547.853 Realizado 1.319.611 1.813	- - -
			Nordeste		R\$ Meta	Previsto 80.000 Realizado 0 0	200.000 200.000 1.900

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Regionalização	Produto (unidade de medida)	Financeiro/Físico			
					2004	2005	Realizado	Realizado
0790	Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco	Presidência da República	Norte	Mulheres abrigadas (unidade)	Previsto	Previsto	Realizado	Realizado
					130.000	-	130.000	-
			Meta		667		160	
			Sudeste		450.000	300.000	100.000	300.000
			Meta		25 *	322	486	10.200
			Sul		550.000	-	121.429	-
					Meta		160	
09GT	Apoio a Projetos Educativos e Culturais de Prevenção à Violência contra as Mulheres	Presidência da República	Nacional	Projeto apoiado (unidade)	-	740.034	-	538.238
					-	16	-	7
			Nordeste		-	100.000	-	100.000
					-	40	-	1
0911	Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	Presidência da República	Nacional	Mulheres atendidas (unidade)	4.010.000	7.229.490	3.082.183	6.945.336
					500.000 *	1.701.400	20.263	65.608
			Norte		250.000	-	50.000	-
					150	-	0	-
			Sudeste		100.000	-	100.000	-
					100	-	0	-
			Sul		-	250.000	-	150.000
					-	700	-	812

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Anexo

Ações em Programas Multissetoriais

2012/1 Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

Ações que foram realizadas em programas sob responsabilidade

2012/1 Secretaria Especial de

Ações que foram realizadas para o

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Programa de Apoio ao Trabalho

Anexo 2

Anexo

Ações em Programas Multissetoriais

20124 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

Ações que contribuem para o alcance dos objetivos de programas sob responsabilidade de outros órgãos

Órgão: Ministério da Previdência Social

Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ações:

0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
------	--

Órgão: Ministério das Relações Exteriores

Programa: 0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Ações:

0287	Contribuição à Comissão Internacional para a Conservação de Atum do Atlântico - ICCAT
------	---

0291	Contribuição ao Serviço de Informação de Correntes para a Produção Pesqueira na América Latina e Caribe - INFOPECA/FAO
------	--

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Ações que contribuem para o alcance dos objetivos de programas sob responsabilidade de outros órgãos

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Programa: 0068 Erradicação do Trabalho Infantil

Ações:

0740	Apoio aos Fóruns de Erradicação do Trabalho Infantil
------	--

Órgão: Ministério da Previdência Social

Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ações:

0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
------	--

Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego

Programa: 0107 Erradicação do Trabalho Escravo

Ações:

4918	Atendimento ao Trabalhador Libertado de Trabalho Escravo
------	--

4920	Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo
------	--

2272	Gestão e Administração do Programa
------	------------------------------------

4641	Publicidade de Utilidade Pública
------	----------------------------------

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Programa: 1282 Proteção Social ao Idoso

Ações:

0758	Apoio a Serviços Integrados de Prevenção à Violência e Maus-Tratos contra Idosos
------	--

Anexo

Ações em Programas Multissetoriais

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Ações que contribuem para o alcance dos objetivos de programas sob responsabilidade de outros órgãos

Órgão: Ministério do Esporte

Programa: 8028 Segundo Tempo

Ações:

0875 Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência

20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ações que contribuem para o alcance dos objetivos de programas sob responsabilidade de outros órgãos

Órgão: Ministério da Previdência Social

Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ações:

0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ações que contribuem para o alcance dos objetivos de programas sob responsabilidade de outros órgãos

Órgão: Ministério da Previdência Social

Programa: 0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ações:

0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Autor : Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e

**Título : Plano Plurianual 2004-2007 : relatório anual de
avaliação: Secretarias Especiais - caderno 26 : exercício**

338.26"2004-2007"(047) B823p

Ac. 18.047

Exemplar : 10066561 - V. 26 Ex.2 MP DIBIB



www.planejamento.gov.br
E-mail: avaliacaoppa@planejamento.gov.br



10066561